Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding de um conglomerado industrial que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel através de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como "Suzano Papel e Celulose"). A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em São Paulo, São Paulo. A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas, sendo controlada pelos Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Fanny Feffer

A Suzano Papel e Celulose, companhia aberta com sede em Salvador, Bahia, e unidades de produção nos Estados da Bahia e de São Paulo e suas controladas, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Para a comercialização de seus produtos no mercado internacional, a Suzano Papel e Celulose utiliza-se de suas subsidiárias integrais localizadas no exterior, as quais não possuem unidades fabris.

2. Aspectos societários relevantes nas controladas ocorridos no exercício de 2010

Controlada Suzano Papel e Celulose

a) Proposta de aquisição de 50% dos ativos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose ("Conpacel") e das operações da KSR

Em 21 de dezembro de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose obteve o aceite, irrevogável e irretratável, da proposta de compra da participação detida pela Fibria Celulose S.A. ("Fibria") nos ativos líquidos do Conpacel e das operações de distribuição de papel da KSR. O preço total de aquisição é de R\$ 1.500 milhões, sendo a liquidação financeira programada em dois momentos: i) R\$ 1.450 milhões em 31 de janeiro de 2011, referente aos ativos líquidos do Conpacel e ii) R\$ 50 milhões em 28 de fevereiro de 2011, referente a distribuidora KSR (Nota 34 item "a"). O controle sobre esses ativos líquidos passa a ocorrer na liquidação financeira devida.

b) Anúncio de operação de financiamento junto ao BNDES com emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações

Em 17 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da controlada Suzano Papel e Celulose autorizou a contratação de uma operação de financiamento junto ao BNDES, no montante aproximado de R\$ 2,7 bilhões, destinada à construção e implantação da infraestrutura de apoio necessária à operação da nova unidade

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

industrial localizada no Estado do Maranhão e, dentre outros, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais dentro do Programa de Sustentação de investimento (PSI). A liberação dos recursos ocorrerá de acordo com a implementação das etapas do projeto (Nota 34 item "b").

c) Emissão de títulos no exterior ("Notes due 2021")

Em 23 de setembro de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose através de sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading") realizou oferta no exterior de "Notes due 2021" no valor total de US\$ 650.000 mil (Nota 17 item "6").

d) Aquisição de controle da FuturaGene Plc. ("FuturaGene")

Em 13 de julho de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose através de sua subsidiária Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades competentes do Reino Unido para a aquisição do total das ações do capital social da FuturaGene, quando também ocorreu a transferência do controle da companhia. A operação foi liquidada em 19 de julho de 2010, pelo montante de € 55.276 mil equivalente a US\$ 84.169 mil.

A Suzano Trading mantinha investimentos não relevantes na adquirida e com esta transação adquiriu a totalidade das ações, apurando um ágio inicial de R\$ 135.859 (Nota 16).

e) Criação da Suzano Energia Renovável ("SER")

Em 29 de julho de 2010 a controlada Suzano Papel e Celulose anunciou a criação da empresa SER que se dedicará à produção de pellets de madeira (biomassa) para energia. O investimento total previsto será de aproximadamente US\$ 800 milhões, com aplicação de recursos em 3 unidades de produção localizadas no nordeste brasileiro com capacidade de 1 milhão de toneladas cada e início de operação previsto entre 2013 e 2014 (informação não auditada). A SER contará com serviços de gestão florestal a serem prestados pela controlada Suzano Papel e Celulose ou suas controladas.

f) Aquisição das ações remanescentes dos antigos controladores da Ripasa S.A. Celulose e Papel ("Ripasa")

Em 16 de abril de 2010, foram exercidas pelos antigos controladores da Ripasa a opção de venda remanescente das 786.403 ações preferenciais classe "A", sendo que a aquisição de tais ações e conseqüente liquidação financeira pela controlada Suzano Papel e Celulose ocorreram no dia 10 de maio de 2010, no montante total de R\$ 42.560, dos quais R\$ 23.580 correspondem ao valor de mercado das ações

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

registrado na rubrica de ações em tesouraria no patrimônio líquido e R\$ 18.980 registrado na rubrica de despesas financeiras (Nota 28).

g) Alienação de Terras e Florestas

Em 31 de março de 2010 a controlada Suzano Papel e Celulose apurou um resultado positivo de R\$ 262.996 obtido com a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucalipto. A alienação ocorreu através da venda de quotas das sociedades de propósito específico Turmalina Silvicultura e Participações Ltda. e Vale do Jequitinhonha Silvicultura e Participações Ltda., as quais detinham os ativos. Adicionalmente, a controlada Suzano Papel e Celulose registrou uma provisão para obrigações contratuais dessa operação no montante de R\$ 9.678 (Nota 27).

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

3.1. Base de preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e o resultado nas demonstrações contábeis individuais da Companhia. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 21 de março de 2011.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2. Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação:

- As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incoporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. Estes novos pronunciamentos não produziram impacto na Companhia e suas controladas:
 - CPC 1 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)
 - CPC 2 (R2) Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
 - CPC 3 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
 - CPC 5 (R1) Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
 - CPC 6 (R1) Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
 - CPC 7 (R1) Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)
- As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incoporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. A Companhia e suas controladas aplicaram referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:
 - CPC 37 (R1) Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
 - CPC 41 Determinação e apresentação do resultado por ações (IAS 33)
- As Interpretações abaixo não se aplicam as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:
 - Interpretação Técnica ICPC 13 Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
 - Interpretação Técnica ICPC 15 Passivo decorrente de participação em mercado específico – Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos
- IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos financeiros Classificação e mensuração A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia e suas controladas não esperam que esta alteração cause impactos significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar em 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- Melhorias para IFRS O IASB emitiu esclarecimentos para as normas de IFRS em maio de 2010 e os esclarecimentos serão efetivos a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos os principais esclarecimentos que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 3 Combinação de negócios;
 - IFRS 7 Divulgação de Instrumentos Financeiros;
 - IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Não existem outras normas e interpretações emitidas ou em audiência pública e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

3.3. Aplicação das novas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e consequentemente as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado das demonstrações contábeis comparativas, estão descritas no item "j" desta nota.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações contábeis consolidadas também estão considerando a aplicação integral dos CPCs e estão de acordo com o IFRS.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 apresentadas e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 dezembro 2008, tomados como base para a transição para as IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Balanço de Abertura em 1º de janeiro de 2009

		Consolidado			Controladora				
	Nota	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs		
Ativo Circulante		4.500.377	8.580	4.508.957	86.592	(709)	85.883		
Caixa e equivalentes de caixa		2.261.290	-	2.261.290	77.013	-	77.013		
Contas a receber de clientes	3.3 (f)	790.042	144.129	934.171	-	-	-		
Estoques		881.568	-	881.568	-	-	-		
Tributos a recuperar		363.949	-	363.949	2.876	-	2.876		
Tributos diferidos	3.3 (i)	132.060	(132.060)	-	709	(709)	-		
Outros ativos circulantes	3.3 (f)	71.468	(3.489)	67.979	5.994	-	5.994		
Ativo Não Circulante		8.750.660	4.632.014	13.382.674	1.789.982	1.061.315	2.851.297		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.3 (i)	1.368.680	(576.490)	792.190	185.335	(2.876)	182.459		
Ativos biológicos	3.3 (b)	865.157	432.161	1.297.318	-		-		
Investimentos	3.3 (k)	1.944	-	1.944	1.602.867	1.064.191	2.667.058		
Imobilizado	3.3 (a)	6.013.422	5.243.753	11.257.175	1.780	-	1.780		
Intangível	3.3 (a)	501.457	(467.410)	34.047		-	-		
Ativo Total		13.251.037	4.640.594	17.891.631	1.876.574	1.060.606	2.937.180		
Passivo Circulante		2.364.947	121.158	2.486.105	8.142	(8)	8.134		
Fornecedores		277.318	-	277.318	-	-	-		
Empréstimos e financiamentos	3.3 (f)	1.736.805	144.129	1.880.934	-	-	-		
Tributos diferidos	3.3 (i)	19.482	(19.482)	-	8	(8)	-		
Outras obrigações	3.3 (f)	331.342	(3.489)	327.853	8.134	-	8.134		
Passivo Não Circulante		7.132.395	1.081.824	8.214.219	695.475	(3.577)	691.898		
Empréstimos e financiamentos		5.898.089	-	5.898.089	-	-	-		
Tributos diferidos	3.3 (i)	689.669	1.081.824	1.771.493	66.319	(3.577)	62.742		
Provisões e outras obrigações		544.637	-	544.637	629.156	-	629.156		
Participação acionistas não controladores		2.580.738	2.373.421	4.954.159					
Patrimônio líquido pertencente		2.300.730	2.313.421	4.534.135	•	•	-		
aos controladores	3.3 (j)	1.172.957	1.064.191	2.237.148	1.172.957	1.064.191	2.237.148		
Passivo Total		13.251.037	4.640.594	17.891.631	1.876.574	1.060.606	2.937.180		

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Balanço em 31 de dezembro de 2009							
		Consolidado			Controladora				
	Nota	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs		
Ativo Circulante		4.265.079	81.764	4.346.843	154.735	(632)	154.103		
Caixa e equivalentes de caixa		2.613.419	-	2.613.419	67.609	-	67.609		
Contas a receber de clientes	3.3 (f)	622.776	144.979	767.755	-	-	-		
Estoques	3.3 (b)	605.657	10.274	615.931	-	-	-		
Tributos a recuperar		250.379	-	250.379	11.541	-	11.541		
Tributos diferidos	3.3 (i)	69.929	(69.929)	-	632	(632)	-		
Outros ativos circulantes	3.3 (f)	102.919	(3.560)	99.359	74.953	-	74.953		
Ativo Não Circulante		8.821.299	4.769.585	13.590.884	1.903.252	1.073.517	2.976.769		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.3 (i)	1.356.062	(495.067)	860.995	201.947	(4.575)	197.372		
Ativos biológicos	3.3 (b)	1.086.873	502.072	1.588.945	-	-	-		
Investimentos	3.3 (k)	944	-	944	1.699.832	1.078.092	2.777.924		
Imobilizado	3.3 (a)	5.875.958	5.229.990	11.105.948	1.473	-	1.473		
Intangível	3.3 (a)	501.462	(467.410)	34.052		<u> </u>	-		
Ativo Total		13.086.378	4.851.349	17.937.727	2.057.987	1.072.885	3.130.872		
Passivo Circulante		2.167.621	118.512	2.286.133	75.498	(170)	75.328		
Fornecedores		268.050	-	268.050	-		-		
Empréstimos e financiamentos	3.3 (f)	1.401.499	144.979	1.546.478	-	-	-		
Tributos diferidos	3.3 (i)	19.962	(19.962)	-	170	(170)	-		
Outras obrigações	3.3 (f)	478.110	(6.505)	471.605	75.328	-	75.328		
Passivo Não Circulante		6.546.614	1.252.247	7.798.861	637.034	(5.037)	631.997		
Empréstimos e financiamentos		5.097.390	-	5.097.390	-	-	-		
Tributos diferidos	3.3 (i)	730.278	1.246.481	1.976.759	103.800	(5.037)	98.763		
Provisões e outras obrigações	3.3 (c)	718.946	5.766	724.712	533.234	-	533.234		
Participação acionistas não controladores		3.026.688	2.402.498	5.429.186	-	-	-		
Patrimônio líquido pertencente									
aos controladores	3.3 (j)	1.345.455	1.078.092	2.423.547	1.345.455	1.078.092	2.423.547		
Passivo Total		13.086.378	4.851.349	17.937.727	2.057.987	1.072.885	3.130.872		

Na adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia e suas controladas aplicaram as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis brasileiras que descrevemos abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37 (R1).

Isenções da aplicação retrospectiva:

- √ combinação de negócios a Companhia e suas controladas aplicaram a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- ✓ benefício a empregados a Companhia e suas controladas aplicaram a isenção para o plano de benefícios definidos em 1º de janeiro de 2009 e optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais prospectivamente da data de transição diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

✓ custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia e suas controladas optaram por remensurar, na data de transição, algumas classes do ativo imobilizado. As classes avaliadas foram: Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas (item "a" desta nota).

A Companhia e suas controladas não utilizaram as demais isenções constantes no IFRS e CPC 37 (R1) pelos seguintes motivos:

- ✓ Arrendamentos a Companhia e suas controladas optaram por revisitar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.
- ✓ Pagamento baseado em ações o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia e suas controladas em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e os IFRS já estavam alinhados.
- ✓ Ativos e passivos de controladas a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas da Companhia.
- ✓ Instrumentos financeiros compostos não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- ✓ Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado a Companhia e suas controladas não possuem passivos relacionados à restauração de ativos.
- ✓ Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC nº 1Contratos de concessão a Companhia e suas controladas não possuem
 contratos de concessão.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC nº 37 (R1) e demais CPCs e interpretações foram as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

a) Custo atribuído (Deemed cost)

Corresponde a atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes, e que compreenderam determinadas unidades da controlada Suzano Papel e Celulose e ativos de sua controlada indireta Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.

Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

Em 1º de janeiro de 2009

	Consolidado da controlada Suzano Papel e Celulose					
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis			
Máquinas e equipamentos	4.265.487	2.279.503	6.544.990			
Edificações	744.778	302.522	1.047.300			
Terras e fazendas	688.407	2.661.728	3.350.135			
Total geral	5.698.672	5.243.753	10.942.425			

Em decorrência do ajuste realizado aos ativos do Conpacel, ex-controlada Ripasa, na data de transição, a controlada Suzano Papel e Celulose aplicou o CPC 1 (R1) — Redução ao valor recuperável do ativo aos ativos intangíveis relacionados a esta empresa e registrou uma provisão para não recuperação do ágio mantido naquela data, no montante de R\$ 467.410.

A atribuição de um novo custo às terras e fazendas da controlada indireta Paineiras totalizou o montante bruto de R\$ 356.642 (R\$ 235.383 líquido dos tributos diferidos).

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009.

b) Ativos biológicos - Reflorestamento

São representados por florestas de eucalipto e foram mensurados ao valor justo *(fair value)*, conforme estabelecido pelo CPC nº 29 — Ativo biológico e produto agrícola. Pelas práticas contábeis anteriores esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

c) Passivos atuariais

Na transição para as novas práticas contábeis, a controlada Suzano Papel e Celulose reavaliou o tratamento dado aos ganhos ou perdas atuariais, Anteriormente estes eram reconhecidos diretamente no resultado e a partir da adoção do CPC nº 33 — Benefícios a empregados, a controlada Suzano Papel e Celulose passou a reconhecer prospectivamente os ganhos e perdas atuariais diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda da controlada Suzano Papel e Celulose para suas controladas

De acordo com o ICPC nº 9 — Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a controlada Suzano Papel e Celulose e suas controladas devem ser eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, quando da preparação das demonstrações contábeis individuais da controlada Suzano Papel e Celulose. Consoante facultado pela Instrução CVM 247/96, a controlada Suzano Papel e Celulose não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A controlada aplicou esse CPC nas demonstrações contábeis da controladora.

e) Lucros acumulados

Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos, da eliminação de lucros não realizados na controlada Suzano Papel e Celulose e da provisão para ajuste do ágio, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009.

f) Reclassificações

Para atendimento ao CPC que trata da Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), algumas reclassificações de saldos contábeis foram realizadas.

Os saldos credores com transações de *vendor* foram reclassificados de Contas a Receber de Clientes para Empréstimos e Financiamentos (Nota 17). Os saldos de adiantamentos de férias, 13º salario e outros saldos compensáveis pela Companhia no momento da liquidação do passivo, foram reclassificados de Outros Ativos Circulantes para Outras Obrigações com o objetivo de apresentar os saldos líquidos, quando aplicável.

g) Lucro por ação

Na Companhia, o lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

h) Informações por segmentos

A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em Celulose, Papel e Imobiliário (Nota 30).

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

j) Informações adicionais às demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	Consolidado			Controladora		
	Nota	2009	01/01/2009	2009	01/01/2009	
Patrimônio Líquido pertencente aos controladores apurado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	_	1.345.455	1.172.957	1.345.455	1.172.957	
Efeitos decorrentes das novas práticas:	_	1.078.092	1.064.191	1.078.092	1.064.191	
Tratamento do dividendo mínimo obrigatório		2.945	-	-	-	
Custo atribuído (Deemed cost)	3.3 (a)	5.229.990	5.243.753	-	-	
Equivalência patrimonial	3.3 (k)	-	-	1.078.092	1.064.191	
Ativos biológicos - Reflorestamento	3.3 (b)	512.346	432.161	-	-	
Passivo atuarial	3.3 (c)	(5.766)	-	-	-	
Provisão para recuperação do ágio	3.3 (a)	(467.410)	(467.410)	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.3 (i)	(1.791.515)	(1.770.892)	-	-	
Participação dos acionistas não controladores		(2.402.498)	(2.373.421)	-	-	
Patrimônio Líquido pertencente aos controladores						
apurado de acordo com						
as novas práticas contábeis	_	2.423.547	2.237.148	2.423.547	2.237.148	

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		2009			
	Nota	Consolidado	Controladora		
Resultado pertencente aos controladores apurado de					
acordo com as práticas contábeis anteriores		239.423	239.423		
Efeitos decorrentes das novas práticas:	_	21.245	21.245		
Custo atribuído (Deemed cost)	3.3 (a)	(13.763)	-		
Equivalência patrimonial	3.3 (k)	=	21.245		
Ativos biológicos - Reflorestamento	3.3 (b)	80.185	-		
Passivo atuarial	3.3 (c)	37.500	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.3 (i)	(35.333)	-		
Participação dos acionistas não controladores		(47.344)	-		
Resultado pertencente aos controladores apurado de	-	<u> </u>			
acordo com as novas práticas contábeis	_	260.668	260.668		

k) Ajustes na controlada Suzano Papel e Celulose

Refere-se aos ajustes de adoção dos novos pronunciamentos do CPC na controlada Suzano Papel e Celulose.

3.4. Demonstrações contábeis consolidadas

Na adoção das novas práticas contábeis não ocorreram alterações significativas no processo de consolidação das demonstrações financeiras das controladas. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora.

Conforme requerido pelo CPC nº 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e do Conpacel. A Asapir foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Fibria. Os ativos, passivos do Conpacel foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controlada Suzano Papel e Celulose.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	20	10		2010
Balanço patrimonial	Asapir	Conpacel	Demonstrativo do resultado	Asapir
Ativo			Receita operacional líquida	978
Circulante	21.397	81.935	Custo dos produtos vendidos	(233)
Não circulante	38.629	1.170.153	Lucro bruto	745
Realizável a longo prazo	30.432	15.308	Despesas operacionais líquidas	(5.084)
Permanente	8.197	1.154.845	Prejuízo operacional	(4.339)
Imobilizado	8.197	1.151.377	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.040
Intangível	-	3.468	Prejuízo do exercício	(3.299)
•	60.026	1.252.088		
Passivo				
Circulante	1.519	56.703		
Não circulante	15.830	1.195.385		
Patrimônio líquido	42.677	-		
•	60.026	1.252.088		

O grupo econômico considerado na preparação das demonstrações contábeis consolidadas é composto pelas seguintes personalidades jurídicas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	201	10	200	9	01/01/2009	
	Participa	Participa	ção no	Participação no		
	capi	tal	capi	tal	capital	
	Votante	Total	Votante	Total	Votante	Total
	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
Suzano Papel e Celulose S.A.	92,49	31,14	92,18	30,97	92,18	30,96
Suzano América Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Trading Ltd.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bahia Sul Holdings GMBH	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Europe S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml .Imp. Y Exp.	84,30	84,30	84,30	84,30	84,30	84,30
Sun Paper and Board Limited	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml .Imp. Y Exp.	15,70	15,70	15,70	15,70	15,70	15,70
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Futuragene PLC.	100,00	100,00	-	-	-	-
Buram Empreendimentos Imobliários Ltda.	-	-	-	-	100,00	100,00
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	100,00	100,00
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	100,00	100,00
Premesa S.A.	99,51	96,31	99,51	96,31	99,51	96,31
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33
Nemopar Investimentos Ltd.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nemopar S.A .	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Apuração do resultado: As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

4.2 Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:

a) <u>Investimentos, moeda funcional e de apresentação das informações trimestrais</u>: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica), assim como as respectivas contas de receitas e despesas. Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior, para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa	final	Taxa n	nédia
			31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
USD CHF	Dólar Americano Franco Suíço	Estados Unidos Suíca	1,6662 1,7828	1,7412 1,6904	1,7608 1,6877	1,9991 1,8364
EUR	Euro	União Européia	2,2280	2,5073	2,3363	2,7721
GBP ARS	Libra Esterlina Peso	Reino Unido Argentina	2,5876 0,4189	2,8241 0,4582	2,7210 0,4490	3,1103 0,5333

4.3 <u>Instrumentos financeiros:</u> Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas não adotam o *hedge accounting* previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- **4.3.1** <u>Ativos financeiros:</u> São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:
- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
- A Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.
- **4.3.2** <u>Passivos financeiros</u>: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:
- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- **4.3.3** <u>Valor justo</u>: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- **4.4 <u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- **4.5 <u>Contas a receber de clientes:</u>** Classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estão apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominado em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.
- **4.6** Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que incluem a exaustão dos ativos biológicos, não excedendo o seu valor de realização. As provisões para perda de estoques (pela baixa rotatividade, obsolescência, etc) são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.
- **4.7** <u>Ativos biológicos:</u> São florestas de eucaliptos para fornecimento de madeira ao processo de produção de celulose e papel. Parte imaterial desta madeira, e em condições específicas, são destinadas para venda a terceiros.

Os reflorestamentos são tratados como ativos biológicos dentro do escopo do CPC nº 29, e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor justo (fair value).

4.8 Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as normas internacionais de contabilidade – IFRS, a controlada Suzano Papel e Celulose e sua controlada Comercial Agrícola Paineiras Ltda., fizeram uso do dispositivo previsto no CPC nº 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 15 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

- 4.9 Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional, quando contratados, serão reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.
- **4.10** Intangível: Refere-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 16).

As novas transações de aquisições de negócios e seus efeitos estão registrados conforme estabelecido no CPC nº 15 – Combinação de negócios.

- **4.11** <u>Provisão para recuperação de ativos</u>: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
- **4.12.** <u>Provisões</u>: As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências estão apresentadas pelo seu montante líquido dos

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

4.13 <u>Passivos atuariais</u>: Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto no CPC 33 – Benefícios a empregados. Os juros sobre a obrigação atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de "Outras Despesas Operacionais".

4.14 <u>Outros ativos e passivos:</u> Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.15 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com o CPC 32.

4.16 <u>Subvenções e assistências governamentais:</u> As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.17 Pagamento baseado em ações: Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidos no resultado como despesas administrativas durante o período de aquisição (carência), durante o tempo em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro (no caso do plano i) e ii)) ou em conta específica no patrimônio líquido (quando no caso de liquidação exclusiva em ações) e mensurados pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada "Reserva de opção de compra de ações". No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

- **4.18** <u>Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio</u>: A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e JCP a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.
- 4.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.
- **4.20** Estimativas contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; o cálculo do novo custo (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme divulgação requerida pelo CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4.21 Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 3 — Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 — Demonstração do Valor Adicionado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora			
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	
Caixa e bancos	346.092	279.178	79.975	39	18	656	
Aplicações financeiras	3.448.664	2.334.241	2.181.315	49.672	67.591	76.357	
	3.794.756	2.613.419	2.261.290	49.711	67.609	77.013	

Os equivalentes de caixa referem-se preponderantemente a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas, fundos de investimentos, letras de crédito agrário (LCA's) e disponibilidades no exterior compostas de depósitos bancários à vista, denominadas em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2010 estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 114,0% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,0% a 115,0% do CDI em 31 de dezembro de 2009), exceto para uma parcela em LCA's que, por serem aplicações vencíveis em prazo inferior a 30 dias, tiveram remuneração entre 20,0% a 70,0% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros mantidos para negociação e, portanto, foram mensurados de acordo o descrito na Nota Explicativa 4.3.1 (a).

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes - Consolidado

	2010	2009	01/01/2009
País	515.029	541.195	587.863
Exterior	371.196	311.235	441.234
Provisão para abatimentos	(47.717)	(27.434)	(57.137)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.001)	(39.744)	(37.789)
	814.507	785.252	934.171
Parcela classificada no ativo circulante	794.051	767.755	934.171
Parcela classificada no ativo não circulante	20.456	17.497	

A controlada Suzano Papel e Celulose realiza transações de cessão de duplicatas com instituições financeiras, transferindo todos os riscos de crédito relacionados aos títulos a estas instituições. Quando da realização de transações desta natureza, os títulos são imediatamente baixados da posição do Contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro, a composição dos saldos de contas a receber de clientes vencidos é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Valores vencidos:			
- Até dois meses	6.868	56.402	65.568
- De dois meses a seis meses	6.640	10.649	32.351
- Mais de seis meses	30.299	55.233	38.540
	43.807	122.284	136.459

A seguir estão demonstradas as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada:

Saldos em 1º de janeiro de 2009	(37.789)
Créditos provisionados no exercício	(6.796)
Créditos recuperados no exercício	3.016
Créditos baixados definitivamente da posição	473
Variação cambial	1.352
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(39.744)
Créditos provisionados no exercício	(28.652)
Créditos recuperados no exercício	753
Créditos baixados definitivamente da posição	43.742
Variação cambial	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(24.001)

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota Explicativa 4.3.1 (b).

7. Estoques - Consolidado

	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados Produtos em elaboração Matérias-primas Materiais de manutenção e outros	263.085 22.560 184.307 206.696	2009 254.007 20.045 153.269 209.909	485.132 43.402 159.543 205.887
Provisão para perda nos estoques	(17.827) 658.821	(21.299) 615.931	(12.396) 881.568
Provisão para perda nos estoques			

8. Impostos e contribuições sociais a compensar - Consolidado

	2010	2009	01/01/2009
Imposto de renda e contribuição social a compensar	38.329	78.148	129.309
PIS e COFINS a compensar	119.251	150.045	221.791
ICMS a compensar	123.547	125.631	144.300
Provisão para perda de ICMS	(8.032)	(6.986)	-
Outros impostos e contribuições	9.320	13.949	20.989
	282.415	360.787	516.389
Parcela classificada no ativo circulante	186.305	250.379	363.949
Parcela classificada no ativo não circulante	96.110	110.408	152.440

Na controlada Suzano Papel e Celulose, além do benefício de depreciação acelerada incentivada, referida na Nota 9, a Lei nº 11.196 de 21/11/2005 também autoriza o uso de créditos de PIS/COFINS sobre aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2006, de determinadas máquinas e equipamentos (bens de capital), em 12 meses em vez dos anteriores 24 meses.

O montante de PIS e COFINS a compensar demonstrado no quadro acima, deve-se basicamente a créditos tributários sobre a aquisição de ativo imobilizado do projeto de expansão de Mucuri. A controlada Suzano Papel e Celulose realizará tais créditos, com débitos advindos do aumento das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais, de acordo com o previsto na Instrução SRF nº 600/05.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Do montante de ICMS a compensar demonstrado no quadro acima, R\$ 66.932 em 30 de dezembro de 2010 (R\$ 58.216 em 31 de dezembro de 2009) deve-se basicamente a créditos tributários sobre exportação de celulose e papel da planta de Mucuri – BA da controlada Suzano Papel e Celulose. Para a realização desses montantes a Suzano Papel e Celulose já homologou créditos do período de agosto de 2006 a setembro de 2008, junto a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ/BA, no montante de R\$ 37.901. Adicionalmente, a Suzano Papel e Celulose aguarda fiscalização e homologação de novos créditos do período de outubro de 2008 a dezembro de 2009, no montante de R\$ 20.315, para que posteriormente também possa utiliza-los em compensações autorizadas pelo RICMS/BA ou negociá-los em mercado ativo, para o qual o deságio médio esperado é de aproximadamente de 12% sobre o valor do crédito. Dessa forma, essa controlada constituiu provisão para perda de parcela desses créditos no montante de R\$ 8.032 (R\$ 6.986 em 31 de dezembro de 2009).

9. Imposto de renda e contribuição social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 — Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

<u>-</u>		Consolidado			Controladora			
_	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009		
Imposto de renda								
Créditos sobre prejuízos fiscais	301.722	348.973	436.346	-	-	-		
Créditos sobre diferenças temporárias:								
- Créditos sobre provisões	144.524	81.337	130.521	6.757	4.979	3.380		
 Créditos sobre amortizações de ágios 	28.526	39.435	60.610	-	-	-		
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09	27.664	31.234	34.869	623	-	-		
Créditos sobre ajustes dos novos CPCs	116.853	116.852	116.853		-			
	619.289	617.831	779.199	7.380	4.979	3.380		
Contribuição social								
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	708	10.026	34.336	-	-	-		
Créditos sobre diferenças temporárias:								
- Créditos sobre provisões	49.709	39.904	51.567	365	227	203		
- Créditos sobre amortizações de ágios	10.270	14.196	20.814		-	-		
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09	9.959	11.244	12.553	224	-	-		
Créditos sobre ajustes dos novos CPCs	42.067	42.067	42.067		-	-		
	112.713	117.437	161.337	589	227	203		
Total ativo	732.002	735.268	940.536	7.969	5.206	3.583		
Imposto de renda								
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	581.208	592.805	607.688	-	-	-		
Débitos sobre amortização de ágio	53.709	26.855	-	-	-	-		
Débitos sobre diferimento da variação cambial	75.880	76.323	48.764	75.880	76.323	48.764		
Débitos no diferimento na receita de venda de imóveis	449	382	-	-	-	-		
Custos de reflorestamento	2.021	2.895	3.791	-	-	-		
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09	760	9.265	22.298	-	125	6		
Débitos sobre ajustes dos novos CPCs	1.432.624	1.434.143	1.418.979	<u>-</u> _				
-	2.146.651	2.142.668	2.101.520	75.880	76.448	48.770		
Contribuição social								
Débitos sobre amortização de ágio	19.335	9.667	-	-	-	-		
Débitos sobre diferimento da variação cambial	27.317	27.476	17.555	27.317	27.476	17.555		
Débitos no diferimento na receita de venda de imóveis	242	206	-	-	-	-		
Custos de reflorestamento	727	1.028	1.028	-	-	-		
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09	274	3.335	8.025	-	45	-		
Débitos sobre ajustes dos novos CPCs	515.747	516.291	510.832					
	563.642	558.003	537.440	27.317	27.521	17.555		
Total passivo	2.710.293	2.700.671	2.638.960	103.197	103.969	66.325		
Total líquido ativo não circulante	26.946	11.356	73.069	_	-	-		
Total líquido passivo não circulante	2.005.237	1.976.759	1.771.493	95.228	98.763	62.742		

A adoção inicial da Lei nº 11.941/09 determinou o fim da amortização contábil do ágio por expectativa futura a partir de 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, a controlada Suzano Papel e Celulose registrou uma provisão para não recuperação do ágio sobre o saldo da Conpacel (antiga Ripasa) na data de transição para as IFRS. No entanto, tais mudanças não produzem impactos para fins fiscais. Desta forma, a controlada Suzano Papel e Celulose constituiu IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre os montantes amortizados fiscalmente de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A composição do prejuízo fiscal acumulado e das base negativa da contribuição social da Companhia está abaixo demonstrada:

		Consolidado	
	2010	2009	01/01/2009
Prejuízos fiscais	1.220.011	1.409.050	1.758.387
Base negativa da contribuição social	17.784	121.356	391.310

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a controlada Suzano Papel e Celulose, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pelas controladas e os ajustes decorrentes não tem sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A controladora e as controladas, baseadas nesses estudos técnicos de geração de lucros tributáveis futuros com, estimam recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Consolidado
	2010
2011	122.618
2012	117.969
2013	88.402
2014	77.987
2015	79.162
2016 em diante	245.864
	732.002

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Imposto de renda - Redução de 75% SUDENE - Unidade Mucuri (Linha 1)

A controlada Suzano Papel e Celulose possui da SUDENE (antiga ADENE) incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, relativamente à Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel), a ser auferida até 2011 para a celulose e até 2012 para o papel. Esse incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas da Unidade de Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel).

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A redução do imposto de renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

<u>Imposto de renda - Redução de 75% SUDENE – Unidade Mucuri (Linha 2)</u>

A controlada Suzano Papel e Celulose apresentou à SUDENE pedido de idêntico incentivo fiscal de redução do imposto de renda para a linha 2 de celulose de Mucuri (expansão), sendo que em 18 de Agosto de 2009 obteve a concessão do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, pelo prazo de fruição de 10 anos, com vigência do ano calendário de 2009 até 2018.

<u>Imposto de renda – incentivo de depreciação acelerada relativamente à Unidade</u> <u>Mucuri</u>

A Lei nº 11.196, de 21.11.2005, em seu art. 31, estabeleceu para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas, nas áreas de atuação da SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006. Este benefício foi deferido à Unidade Mucuri da controlada Suzano Papel e Celulose pela Portaria nº 0018/2007 da ADENE (atual SUDENE), em 29 de março de 2007, tendo, no entanto, efeito retroativo em relação às aquisições ocorridas durante o exercício social de 2006. A depreciação acelerada incentivada em questão consiste na depreciação integral no ano de aquisição, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real (tributável), feita através do Livro de Apuração do Lucro Real ("LALUR"), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do imposto de renda (não alcança a CSLL) pelo tempo de vida útil do bem, devendo nos anos futuros ser adicionado ao lucro tributável valor igual à depreciação contabilizada em cada um dos anos para os bens em questão.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controla	dora
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	894.744	1.343.987	233.687 (231.611)	300.339 (188.306)
Exclusão da Perda (ganho) na variação de participação em controlada	3.724	(654)	3.724	(654)
Lucro após exclusões	898.468	1.343.333	5.800	111.379
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(305.479)	(456.733)	(1.972)	(37.869)
Tributação de lucros de controladas no exterior	-	-	(1.788)	(2.593)
Realização de perda de estoque de controladas no exterior, sem base fiscal			` ,	
para dedução	-	(32.859)	-	-
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas				
no exterior	36.543	(41.967)	-	-
Juros sobre capital próprio	70.529	77.638	(46)	275
Incentivos fiscais - redução SUDENE	30.067	35.746	-	31
Incentivos fiscais - inovação tecnológica	4.722	-	-	-
Reembolso de impostos	4.623	-	4.623	-
Efeito da redução SUDENE sobre o cálculo de diferenças temporárias	34.595	(18.153)	-	-
Ganho não tributável por indenização de precatório	-	19.024	-	-
Débitos do plano verão conforme lei 11.941/09	-	(31.564)	-	-
Reversão de contingência - reserva espontânea	-	12.728	-	-
Outros	(6.284)	6.228	(796)	485
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(130.955)	(193.912)	(3.515)	(3.650)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	271	(236.000)	3.536	(36.021)
,				
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(130.684)	(429.912)	21	(39.671)
Alíquota efetiva	14,6%	32,0%	0,0%	13,2%

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	Ativo			Passivo				2010		
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Receitas (despesas)	
Consolidado										
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	101		-		13.991	(1)	-		62.641	(2)
Agaprint Indl. Coml. Ltda.	297		-		13.501	(1)	-		29.832	(2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	1.242		-		-		-		1.046	(2)
Mabex Representações e Participações Ltda.			-		-		-		(1.825)	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-		-		-		-		(4.350)	(3)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	-		-		-		-		(268)	
Taba Consultores Associados Ltda.	-		-		-		-		(623)	
Sociedades em Conta de Participação			-				-		(1.253)	
	1.640				27.492		-		85.200	
Controladora										
Suzano Papel e Celulose S.A.	40.928	(4)	659		-		-		19.265	(5)
IPLF Holding S.A.		. ,	16		-		-		-	. ,
Nemopar S.A.			-		-		266.592	(6)	7.602	(6)
Comercial e Agricola Paineiras Ltda.			-		-		-	٠,	303	(5)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-						-		(857)	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.			-		-		-		(321)	(3)
Premesa S.A.	_		15.000	(7)			-			(-)
Taba Consultores Associados Ltda.	_			. ,			-		(623)	
Sociedades em Conta de Participação - Faria Lima	_						-		(1.253)	
Acionistas					38.757	(4)			,	
	40.928		15.675		38.757	,	266.592		24.116	

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

		Ativo		Passivo				2009		
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Receitas (despesas)	
Consolidado										(0)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	2.822		-		15.336	(1)	-		56.325	(2)
Agaprint Indl. Coml. Ltda.	66		-		7.237	(1)	-		13.663	(2)
Nova Mercante de Papéis Ltda.	7.740		-		4.563	(1)	-		33.487	(2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-		-		-		-		(644)	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-		-		-		-		(4.396)	(3)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	-		-		-		-		(248)	
Taba Consultores Associados Ltda.	-		-		-		-		(541)	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	-		-		-		-		(106)	
Sociedades em Conta de Participação - Faria Lima	-		-		-		-		(850)	
	10.628		-		27.136		-		96.690	
Controladora										
Suzano Papel e Celulose S.A.	48.433	(4)	838				-		17.935	(5)
Nemopar S.A.	-	()	-				326.628	(6)	101.529	(6)
Faceor Participações S.A.	_		5		-			(-)		(-)
Comercial e Agricola Paineiras Ltda.	_		-		-		-		367	(5)
Agaprint Indl. Coml. Ltda.	_		_		_		_		280	(5)
Mabex Representações e Participações Ltda.	_		_		_		_		(301)	(-)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	_		_		-		_		(193)	(3)
Premesa S.A.	3.711	(4)	15.000	(7)	-		_		(.00)	(0)
Taba Consultores Associados Ltda.	-	(. /	-	(-)	_		_		(541)	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	_		_		_		_		(106)	
Sociedades em Conta de Participação - Faria Lima	_		_		_		_		(850)	
Acionistas	_		_		56.886	(4)	200.587	(8)	(550)	
Nomita	52.144	-	15.843	-	56.886	(-1)	527.215	(5)	118.120	•
			101010		00.000	: :	0271210		7101120	

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 1) Refere-se a operações de vendor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 17);
- 2) Refere-se a operações comerciais de venda de papel e celulose;
- 3) Despesas com plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os colaboradores da Companhia:
- 4) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio;
- 5) Refere-se substancialmente à avais e fianças sobre garantias prestadas em favor de tais partes relacionadas;
- 6) Empréstimo da controlada Nemopar S.A. variação cambial do dólar norte americano, com vencimento em 20 de setembro de 2020. Esse empréstimo foi contraído pela Suzano Holding em 2001 para repasse à Suzano Papel e Celulose para aquisição da participação da Cia. Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose S.A.. Em 2003, a Suzano Papel e Celulose adquiriu o empréstimo junto ao banco credor, através de uma subsidiária no exterior e liquidou o repasse com a Suzano Holding entregando ações da empresa subsidiária no exterior, credora do empréstimo, com o objetivo de eliminar custos e riscos cambiais incidentes sobre o contrato de repasse. Os custos decorrentes do empréstimo originalmente repassado são de responsabilidade da Suzano Papel e Celulose, conforme contrato original. Em 23 de dezembro de 2003 a Suzano Holding amortizou antecipadamente US\$30.336 mil, referente aos juros decorridos até 15 de setembro de 2003 e alterou a taxa de juros do empréstimo de 7,9% a.a. para 2,7% a.a. Em 29 de setembro de 2010 a Suzano Holding amortizou antecipadamente US\$ 30.744 mil, referente aos juros decorridos até 20 de setembro de 2010 e reduziu a taxa de juros para zero, e prorrogou o vencimento para 20 de setembro de 2020:
- 7) Refere-se a mútuo;
- 8) Refere-se adiantamento para futuro aumento de capital.

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração de administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e de suas controladas, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram R\$ 15.231 na controladora e R\$ 57.648 no consolidado (R\$ 12.054 e R\$ 38.060, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009). As informações sobre a parcela da remuneração baseada em ações encontram-se na Nota 22.

11. Créditos a receber de precatório por ação indenizatória

Em 01 de Julho de 1987, a Companhia Santista de Papel, uma das empresas do antigo grupo Ripasa S.A. Papel e Celulose (transformada em Conpacel) ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando a obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar). Em 02 de Dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para aquela companhia. Durante esse período, face às incertezas relacionadas ao recebimento desses montantes e de não possuir a propriedade do imóvel desapropriado, a antiga Ripasa efetuou a baixa do valor contábil dessas terras e não registrou o montante a receber em suas demonstrações contábeis.

Em 28 de janeiro de 2008, a 2ª. Vara de Cubatão expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça para requerer a adoção das providências necessárias à requisição da importância em favor da controlada Suzano Papel e Celulose, através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. Em 20 de abril de 2010 a Suzano Papel e Celulose efetuou o levantamento da primeira parcela que estava depositada judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo desse recebível era de R\$ 56.512 (R\$ 61.623 em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 6.279 registrados no ativo circulante e R\$ 50.233 registrados no ativo não circulante.

12. Adiantamento a fornecedores – Programa de fomento

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à controlada Suzano Papel e Celulose, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

A controlada Suzano Papel e Celulose realizou adiantamentos de recursos financeiros para fomentados no montante total de R\$ 264.391, classificados no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 249.150 em 31 de dezembro de 2009).

13. Investimentos

	_	Consolid	ado	Controladora			
	2010	10 2009 01/01/2009		2010	2009	01/01/2009	
Participação em empresas controladas	- (E00)	- (E00)	- (E00)	2.978.275	2.778.280	2.667.414	
Deságios	(500)	(500)	(500)	(500)	(500)	(500)	
Outros investimentos	2.160	1.444	2.444	144	144	144	
	1.660	944	1.944	2.977.919	2.777.924	2.667.058	

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Nemopar Investimentos Ltd. (2)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de					
dezembro de 2010 Quantidade de ações ou cotas possuídas					
Ações ordinárias	123.240.831	156.851.840	20.970.216	_	
Ações preferenciais	697.835	-	39.798.120	-	
Cotas	-	-	-	136.911	
Capital votante	92,49%	100,00%	99,51%	83,33%	
Capital total	31,14%	100,00%	96,31%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de					
dezembro de 2010					
Capital social	2.685.183	261.347	19.500	246	
Patrimônio líquido	8.640.671	266.592	20.192	1.404	
Resultado do exercício	768.997	5.245	4.877	253	
c) Investimentos					
Saldos em 01 de janeiro de 2009	2.220.960	428.157	17.387	910	2.667.414
Ganho na variação de participação	654	-	-	-	654
Equivalência patrimonial	288.739	(101.529)	1.047	49	188.306
Dividendos e juros sobre capital próprio	(67.068)	-	(3.682)	-	(70.750)
Efeitos decorrentes das novas práticas contábeis	(7.344)	-	-	-	(7.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.435.941	326.628	14.752	959	2.778.280
Perda na variação de participação	(4.374)	-	-	-	(4.374)
Complemento de dividendos recebidos	(3)	-	-	-	(3)
Aquisição (3)	73.103	-	-	-	73.103
Redução de capital	-	(7.169)	-	-	(7.169)
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(60.486)	(45.329)		-	(105.815)
Equivalência patrimonial	234.242	(7.539)	4.697	211	231.611
Efeitos decorrentes das novas práticas contábeis	12.642	•	-	-	12.642
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.691.065	266.591	19.449	1.170	2.978.275

⁽¹⁾ Última cotação em bolsa por ação preferencial "A" nominativa – R\$ 14,78 em 28 de dezembro de 2010;

14. Ativos biológicos

A determinação de um valor justo para os ativos biológicos florestais constitui-se num exercício de julgamento e estimativa complexo que requer entendimento do negócio da controlada Suzano Papel e Celulose, da utilização desse ativo no processo produtivo, das oportunidades e restrições de uso da madeira e, ainda, do ciclo de formação e crescimento da floresta.

O volume de madeira negociado no mercado pela controlada suzano Papel e Celulose

⁽²⁾ Empresa constituída em Bahamas, controladora da Nemopar S.A. que detém o empréstimo mencionado na nota 10;

⁽³⁾ Aquisição de 5.263.014 ações ON, conforme contrato particular de promessa de subscrição de debêntures conversíveis da 4º emissão da Suzano Papel e Celulose, cláusula 10.1, em que o BANDESPAR tem a obrigação de vender e a Companhia tem a obrigação de comprar as ações ordinárias decorrentes da conversão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

não é suficiente para representar, adequadamente, o preço da madeira de eucalipto no mercado para fins de determinação do valor justo (fair value) das florestas.

A controlada Suzano Papel e Celulose, para determinação do valor justo dos seus ativos levou em consideração todos custos com implantação, reforma e manutenção líquidos dos impostos pagos à terceiros. O preço será formado considerando o critério de custo mais margem (*cost plus*).

A avaliação das florestas de eucalipto foi realizada através do método do *Income Approach*, baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, para refletir o modelo econômico de uma unidade de negócio exclusiva de plantio de madeira de eucalipto. As premissas utilizadas para o cálculo do valor justo em 2010 são consistentes com aquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

No fluxo de caixa futuro descontado, as projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo de formação da floresta médio de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual ("IMA") de 44,2 m³ / hectare e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja, ativos maduros). O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 44,40 / m³ (R\$ 43,89 em 2009). A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% antes do imposto de renda.

O valor justo do ativo biológico é calculado anualmente e estão apresentados na Nota 3.3. Os efeitos da atualização são registrados na rubrica de outras receitas operacionais e sua realização mensal, através da exaustão, na rubrica de custo dos produtos vendidos. A controlada Suzano Papel e Celulose não possui Ativos Biológicos dados em garantia nas datas destas demonstrações contábeis.

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos dos ativos biológicos, sendo que os saldos iniciais apresentados contemplam o ajuste mencionado na Nota 3.3 relativo a sua avaliação pelo valor justo.

	Consolidado					
	2010	2009				
Saldo inicial	1.588.945	1.297.318				
Adições	396.469	269.081				
Cortes efetuados no exercício	(177.721)	(159.187)				
Ganho na atualização do valor justo	28.131	102.554				
Transferências	2.210	90.059				
Outras baixas	(26.940)	(10.880)				
Saldo final	1.811.094	1.588.945				

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. Imobilizado - Consolidado

Os saldos iniciais apresentados contemplam o ajuste mencionado na Nota 3.3 relativos a atribuição de valor *(deemed cost)*.

	- "" ~	Máquinas e	Outros	Terrenos e	Obras em	
_ ,,, ,, , , , ,	Edificações	Equipamentos	Ativos	Fazendas	Andamento	Total
Taxa média anual de depreciação	2,32%	4,70%	16,08%	-	-	-
Custo						
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1.452.449	9.718.955	464.038	2.972.457	45.366	14.653.265
Adições	-	25.113	4.181	270.723	89.722	389.739
Transferências	8.810	75.911	3.886	(157.584)	(103.173)	(172.150)
Baixas	(6.700)	(26.201)	(5.068)	(2.065)		(40.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.454.559	9.793.778	467.037	3.083.531	31.915	14.830.820
Adições	7	21.753	8.412	37.201	139.260	206.633
Transferências	8.614	40.890	3.787	(1.423)	(53.316)	(1.448)
Baixas	(3.967)	(13.339)	(3.116)	(12.478)		(32.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.459.213	9.843.082	476.120	3.106.831	117.859	15.003.105
Depreciações, amortizações e exaustões						
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(405.149)	(2.796.280)	(194.661)	-	-	(3.396.090)
Transferências	47	9.097	(298)	-	-	8.846
Baixas	4.474	25.526	4.843	-	-	34.843
Depreciações, amortizações e exaustões	(21.657)	(326.353)	(24.461)			(372.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(422.285)	(3.088.010)	(214.577)		-	(3.724.872)
Transferências	-	13	267	-	-	280
Baixas	2.792	12.537	2.258	-	-	17.587
Depreciações, amortizações e exaustões	(22.112)	(311.293)	(23.184)			(356.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(441.605)	(3.386.753)	(235.236)	-	-	(4.063.594)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.017.608	6.456.329	240.884	3.106.831	117.859	10.939.511
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.032.274	6.705.768	252.460	3.083.531	31.915	11.105.948
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1.047.300	6.922.675	269.377	2.972.457	45.366	11.257.175

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 17.

A controlada Suzano Papel e Celulose para determinação do custo atribuído e das novas vidas úteis econômicas remanescentes de determinadas classes de ativos, contratou os avaliadores especializados independentes da Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações.

A metodologia geral empregada na avaliação das Edificações, Máquinas e Equipamentos basearam-se nas normas vigentes na data da transição para as IFRS da ABNT – NBR 14.653 – partes 1, 2 e 5 e para Terrenos e Fazendas nas normas ABNT - NBR 14.653 – partes 1 e 3,do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. A determinação da vida econômica útil remanescente das Edificações, Máquinas e Equipamentos foi baseada na ABNT - NBR 14.603-1, Parte 1, sendo considerado um valor residual médio de 5% para esses ativos. Segue abaixo comparativo das taxas médias de depreciação utilizadas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Consolidado		
	2010	2009		
		(taxas anteriores)		
Edificações	2,32%	3,18%		
Máquinas e Equipamentos	4,70%	4,28%		
Outros ativos	16,08%	16,37%		

Em 31 de dezembro de 2010 os outros ativos do consolidado referem-se, substancialmente, às turbinas do Complexo Energético Amador Aguiar, no montante de R\$ 194.703 (R\$ 201.990 em 31 de dezembro de 2009).

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 3.921.173 (R\$ 4.086.535 em 31 de dezembro de 2009).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não houve novas capitalizações significativas de juros.

16. Intangível - Consolidado

Os ágios foram amortizados linearmente desde a data de aquisição de cada controlada até 31 de dezembro de 2008. A partir daquela data, os saldos residuais são objeto de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

A seguir apresentamos a composição do saldo dos ágios:

				2010	2009	01/01/2009
			Provisão de			
	Custo	Amortização	ajuste de ágio	Residual	Residual	Residual
Consolidado Suzano Papel e Celulose S.A.						
Ripasa S.A. Celulose e Papel	722.646	(255.236)	(467.410)	-	-	-
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	49.305	(15.253)	-	34.052	34.052	34.047
Futuragene PLC	135.859	-	-	135.859	-	-
Suzano Holding S.A.						
Suzano Papel e Celulose S.A.	43.618	(43.618)	-			
	951.428	(314.107)	(467.410)	169.911	34.052	34.047

O ágio apurado na controlada FuturaGene será objeto de analise para alocação do valor justo aos ativos e passivos adquiridos (*purchase price allocation – PPA*).

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O valor investido na FuturaGene pela controlada Suzano Papel e Celulose, envolve riscos e incertezas que não estão só sob a gerência da Suzano Papel e Celulose mas que são inerentes as atividades desenvolvidas pela investida. Estes riscos e incertezas decorrem de novas tecnologias, mercado, testes biotecnológicos para fins de comprovação dos benefícios esperados e a regulamentação dessas patentes nos países onde serão comercializadas. Portanto, os resultados a serem auferidos por esta empresa podem ser diferentes daqueles atualmente esperados.

Em 31 de dezembro de 2009 a controlada Suzano Papel e Celulose avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios baseado no CPC 1 (R1) — Redução ao valor recuperável de ativos. O teste de recuperação desses ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2010, com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizou projeções de preços com base na expectativa do mercado de papeis para os próximos exercícios, volumes e custos em bases similares as reais no encerramento dos exercícios findos ajustados e taxa de desconto de 12,3%. O modelo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor liquido contábil na data da avaliação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17. Financiamentos e empréstimos – Consolidado

	Indexador		_	Taxa média anual de juros em dez/10	2010	2009	01/01/2009
CONSOLIDADO							
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A Co	onsolidado						
Imobilizado:							
BNDES - Finem BNDES - Finem BNDES - Finame BNDES - Finame BNDES - Automático BNDES - Automático FNE - BNB FINEP Crédito rural Arrendamento financeiro mercantil	TJLP Cesta de moedas TJLP Cesta de moedas TJLP Cesta de moedas TJLP Cesta de moedas Taxa pré-fixada TJLP Taxa fixa + CDI CDI + US\$	(1) (1) (1)	(2)	8,51% 6,36% 5,66% 6,96% 9,30% 6,96% 8,50% 4,79% 7,65% 11,60%	1.914.007 299.644 7.123 60 2.832 282 129.906 34.679 41.266 65.469	1.876.437 286.137 9.637 120 4.622 477 147.921 14.599 22.321 77.136	1.889.498 374.815 10.909 229 6.444 890 157.408 7.636 21.328 93.110
Capital de giro:	CDI + 03\$			11,00%	05.409	77.130	93.110
Financiamentos de exportações Financiamentos de importações Financiamentos de importações Nordic Investment Bank Nota de crédito de exportação Nota de crédito de exportação BNDES - EXIM Notes due 2021 Operações Vendor Outros	US\$ US\$ US\$ CDI US\$ TJLP	(1)	(3) (4) (5)	3,62% 2,30% 5,74% 10,48% 6,65% 7,53% 5,88%	1.725.225 287.159 74.454 348.060 51.547 308.159 1.072.490 155.593 13.604	2.280.195 346.755 87.572 382.836 53.867 100.792 - 144.979 7.905	3.148.259 522.610 118.130 374.615 70.110 - 144.129 2.134
Companhia							
Investimento:							
BNDESPAR	TJLP			4,50%	72.248	-	-
					6.603.807	5.844.308	6.942.254
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					1.352.471	1.432.731	1.848.071
Passivo não circulante					5.251.336	4.411.577	5.094.183

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos consolidados não circulantes vencem como segue:

·	2010	2009	01/01/2009
2010	-	-	1.301.639
2011	-	942.396	992.687
2012	1.299.444	1.296.430	832.186
2013	1.023.824	623.228	678.061
2014	520.510	473.291	365.943
2015	439.521	410.049	382.670
2016	415.250	392.380	377.315
2017	242.471	183.413	147.905
2018	179.767	68.653	15.777
2019	1.130.549	21.737	
	5.251.336	4.411.577	5.094.183

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da taxa de juros de longo prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central:
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais e florestas; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
- 3) Em setembro de 2009, a controlada Suzano Papel e Celulose, através de sua subsidiária Suzano Trading, assinou um contrato de financiamento junto ao Banco WestLB AG, no valor de U\$\$ 50,0 milhões, com o objetivo de financiar exportações. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2010.
- 4) Em outubro de 2006, a controlada Suzano Papel e Celulose assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2010.
- 5) Em novembro de 2006, a controlada Suzano Papel e Celulose celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (Credit Facility Agreement), no valor de até US\$ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2010.
- 6) Em setembro de 2010 a controlada Suzano Papel e Celulose, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading Ltd., emitiu no mercado internacional US\$ 650 milhões (equivalentes a R\$ 1.083 milhões em 31 de dezembro de 2010) com vencimento em 23 de janeiro de 2021 e com pagamento de juros semestrais de 5,875% a.a. (yield to maturity 6,125% a.a.).

A controlada Suzano Papel e Celulose é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Suzano Papel e Celulose e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

Arrendamento mercantil financeiro

A controlada Suzano Papel e Celulose mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

i) Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano-SP, Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

ii) Equipamentos de Hardware e serviço de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 05 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

A Administração da Suzano Papel e Celulose possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	2010	2009	01/01/2009
Máquinas e equipamentos	98.557	98.557	94.954
(-) Depreciação acumulada	(48.760)	(39.236)	(30.434)
Imobilizado líquido	49.797	59.321	64.520
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)			
Menos de 1 ano	16.143	14.986	14.249
Mais de 1 ano e até 5 anos	39.495	50.280	60.917
Mais de 5 anos	9.831	11.870	17.944
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	65.469	77.136	93.110
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	11.116	12.959	12.959
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	76.585	90.095	106.069

18. Debêntures - Consolidado

				2010		2009	01/01/2009	Indexador	Juros	Resgate
Emissão	Série	Quantidade	Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante			
Suzano Pap	el e Celu	lose S.A.								
3ª	1ª	333.000	31.859	481.509	513.368	455.939	459.624	IGP-M	10% (*)	01/04/2014
3ª	2ª	167.000	843	91.903	92.746	96.669	130.842	USD	9,85%	07/05/2019
4 ²	1ª	79.735	3.351	3.008	6.359	82.548	82.249	TJLP	2,50%	01/12/2012
4 ²	2 ^{<u>a</u>}	159.326	6.518	5.740	12.258	164.404	164.054	TJLP	2,50%	01/12/2012
Total			42.571	582.160	624.731	799.560	836.769			

^(*) O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

a) Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, em agosto de 2004, no valor de R\$ 500.000 é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333.000 e a segunda no montante de R\$ 167.000, ambas com prazo de vencimento em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série que antes era de 10 anos com vencimento em 01 de abril de 2014, e passou a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 7 de maio de 2019, bem como a alteração dos juros remuneratórios que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

Em Assembléia Geral de Debenturista realizada em 04 de maio de 2010, foram homologadas, com a aprovação de 93,88% das Debêntures da 1ª série e de 100% das Debêntures da 2ª série: (i) alterações dos limites para as razões entre Dívida Líquida e Patrimônio Liquido e entre Dívida Líquida e EBITDA; (ii) o ajuste da definição de "Dívida Líquida Consolidada" contida na Escritura de Debêntures; (iii) a introdução de uma opção de recompra das Debêntures pela emissora em determinados casos de possibilidade de vencimento antecipado. Para implementar estas alterações a Suzano Papel e Celulose pagou aos debenturistas, em 11 de maio de 2010, um prêmio equivalente a 0,75% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$ 4.234.

As debêntures da 3ª emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis e consolidadas da controlada Suzano Papel e Celulose. A controlada encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais, de acordo com as alterações que foram implementadas.

b) Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R\$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R\$ 221.919 nominais, foram subscritos pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 13,84 por ação a partir de 30 de abril de 2010. Para as ações ordinárias resultantes da conversão o BNDESPAR se obriga a vender e a Suzano Holding se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

Em dezembro de 2010, foram convertidas pela BNDESPAR 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais Classe "A" da controlada. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Companhia.

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2010, essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências - Consolidado

Constituída pela Companhia e pela controlada Suzano Papel e Celulose, para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis, e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

		2010			2009			01/01/2009	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo Iíquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo Iíquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo Iíquido
Suzano Papel e Celulose S.A. Consolidado									
Tributárias	(27.924)	147.024	119.100	(7.116)	103.527	96.411	(7.115)	138.555	131.440
Previdenciárias e trabalhistas	(5.231)	54.571	49.340	(4.991)	24.248	19.257	(7.731)	25.895	18.164
Cíveis	(201)	4.588	4.387	(201)	3.777	3.576	(202)	4.483	4.281
Outras		9.601	9.601		-	<u>-</u>		<u>-</u>	
	(33.356)	215.784	182.428	(12.308)	131.552	119.244	(15.048)	168.933	153.885
Suzano Holding S.A.									
Tributárias	(20.778)	24.788	4.010	(14.026)	19.193	5.167	(13.077)	13.077	-
Trabalhistas		33	33		33	33_			
	(20.778)	24.821	4.043	(14.026)	19.226	5.200	(13.077)	13.077	-
	(54.134)	240.605	186.471	(26.334)	150.778	124.444	(28.125)	182.010	153.885

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para contingências (sem deduzir os depósitos judiciais):

	2010	2009
Saldo inicial	150.778	182.010
Complemente / Constituição de provisão	93.156	21.557
Reversão de provisão	(12.818)	(64.545)
Atualização monetária	21.713	14.830
Liquidação de processos	(12.224)	(3.074)
Saldo final	240.605	150.778

Os principais processos dessa controlada são comentados a seguir:

COFINS

A controlada possui depósitos judiciais de COFINS, no montante de R\$ 33,2 milhões, realizados em processos judiciais nos quais se discute as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, sendo R\$ 9,2 milhões relativos à ampliação de base de cálculo, cuja

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

jurisprudência está pacificada a favor do contribuinte, e R\$ 24 milhões referentes à majoração de alíquota, cuja jurisprudência está pacificada a favor da União Federal e para os quais há provisão. Da importância de R\$ 24 milhões que deverá ser convertida em renda, a Controlada poderá recuperar R\$ 12 milhões por força do REFIS/2009 e de decadência reconhecida em processo administrativo.

Outros processos tributários

A controlada figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 444,8 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Processos trabalhistas

A controlada figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 37,6 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a controlada figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 15,3 milhões, para os quais a perda é considerada possível.

Processos cíveis

A Controlada figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 4,6 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Controlada figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 5,7 milhões, para os quais a perda é considerada possível.

O principal processo judicial envolvendo a Companhia é descrito a seguir:

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquimica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobras. A Receita Federal considerou que a venda da Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394.163. A Companhia já fez um depósito judicial de R\$ 156.478. O auto está sendo discutido administrativamente. Nenhum valor foi provisionado pela Companhia face à probabilidade de desfecho desfavorável não ser considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

20. Passivos atuariais

A controlada Suzano Papel e Celulose assegura a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, três planos de benefícios definidos. São eles:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.
- Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da controlada Suzano Papel e Celulose, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente e registrado pela controlada Suzano Papel e Celulose, foi de R\$ 162.691 (R\$ 187.462 em 31 de dezembro de 2009). Os métodos atuariais adotados atendem o CPC 33 — Benefícios a empregados. As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo em 2010 foram: taxa de desconto de 6,00% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

	Consol	lidado
	2010	2009
Saldo inicial	187.462	128.452
Juros sobre obrigação atuarial	21.289	15.764
(Ganho) Perda atuarial	(38.168)	43.266
Benefícios pagos no exercício	(7.892)	(20)
Saldo final		
	162.691	187.462

21. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005, a Companhia e sua controlada Suzano Papel e Celulose constituíram um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os seus empregados, denominado Suzano Prev, por meio da contratação de uma instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, tais companhias definiram que pagarão a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados a tais Companhias em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir os benefícios do plano. As contribuições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram: pela Companhia R\$ 321 e pela controlada Suzano Papel e Celulose R\$ 4.029 (R\$ 193 e R\$ 4.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, respectivamente).

22. Plano de remuneração baseado em ações

Plano de remuneração baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") atrelado ao preço da ação da controlada Suzano Papel e Celulose com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia de "ações fantasma" a esses executivos (*beneficiários*), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de um a três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item iii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; e ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

Para os programas de 2004 a 2006 havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da controlada Suzano Papel e Celulose nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de performance da controlada Suzano Papel e Celulose em relação aos seus concorrentes, quando aplicáveis.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. Este pagamento ocorrerá no mês de janeiro de cada ano se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios anteriores. O valor da compensação baseia-se no incremento do valor de mercado das ações preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior. O valor de mercado das ações preferenciais da controlada Suzano Papel e Celulose é estabelecido pela cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, multiplicado pelo número total desse tipo de ação.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente aplicados pelos beneficiários na aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia e mantidas em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica em indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Em 31 de Dezembro de 2010, o limite máximo de compensações a serem pagas em 2011 relacionadas a este plano para o conjunto dos executivos beneficiados é de US\$ 141 mil.

Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe "A")

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe "A" ("Plano") da controlada Suzano Papel e Celulose a determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 (data da outorga) e em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para esta finalidade, aprovou, respectivamente, os Regulamentos e Contratos do Primeiro e Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da controlada Suzano Papel e Celulose.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela controlada, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da controlada.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da controlada, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reunião do Comitê de Gestão da controlada realizadas em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (datas das outorgas), foram aprovados o primeiro e o segundo Programa do Plano no qual a controlada outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como, determinou as seguintes condições para que esses passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções. Os períodos de carência e os limites estão abaixo apresentados:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
	1 ^a . data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
Programa 1	2ª. data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	3 ^a . data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção
	1 ^a . data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
Programa 2	2 ^a . data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 60% do total de ações sob opção

O Preço de Exercício foi fixado em R\$ 14,56 por opção para o programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o programa 2, deduzidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no custo médio ponderado de capital da Companhia ("CMPC") calculado por instituições financeiras renomadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Condição exclusivamente aplicável ao Programa 1, se na data de exercício das opções a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das ações preferências classe "A", de emissão da Companhia negociadas na BOVESPA (Preço de Mercado) na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 8,00 (Valor de Referência) ou o beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia, alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ("Pagamento Extraordinário") ao beneficiário correspondente ao resultado auferido pelo Valor de Referencia multiplicado pela quantidade opções não exercidas subtraído do total do Preço de Mercado menos Preço de Exercício multiplicados pela quantidade de opções não exercida.

Em 31 de dezembro de 2010, há 4.154 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

Resumo das movimentações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Sempre que aplicável, foi considerada a bonificação de ações conforme fato relevante de 30 de abril de 2010.

Incentivo de Longo Prazo – Ações fantasma

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controlada Suzano Papel e Celulose

											Dez/2010
								Quantidade			
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão	Total em vigor em 31/12/2010	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	17,17	set/10	set/13	31.105		-	-	31.105	
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	17,17	set/10	set/13	15.783		-	-	15.783	-
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	19,52	mar/11	mar/14	146.180	-	-	-	146.180	-
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	14,69	mar/11	mar/14	10.181	-	-	-	10.181	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	19,52	set/14	-	8.996	-	-	-	8.996	-
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	15,61	mar/11	-	238.670	-	-	-	238.670	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/12	mar/15	78.019	-	-	-	78.019	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/13	mar/16	78.019		-	-	78.019	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	19,52	mar/12	mar/15	23.334		-	-	23.334	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	276.997		-	(14.268)	262.729	16,06
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	129.926		-	-	129.926	-
ILP2009 (M)	set/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	209.057		-	(1.969)	207.088	16,06
ILP2009	mar/10	23,86	19,52	mar/13	mar/16	275.448	-	(4.976)	(14.929)	255.543	16,06
ILP2009 (B)	mar/10	19,29	19,52	set/13	set/16	32.406		-	-	32.406	-
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	19,52	set/13	set/16	3.188		-	-	3.188	-
ILP2009 (L)	ago/10	20,15	19,52	set/13	set/16	4.653		-	-	4.653	-
TOTAL						1.561.962	•	(4.976)	(31.166)	1.525.820	16,06

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controlada Suzano Papel e Celulose

											Dez/2009
								Quantidade			
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão	Total em vigor em 31/12/2009	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2005	m ar/06	10,03	19,87	m ar/09	m ar/12	10.965	-	-	-	10.965	-
ILP2006 (P)	m ai/07	23,38	19,87	set/10	set/13	24.884	-	-	-	24.884	-
ILP2006 (D)	m ai/07	16,32	19,87	set/10	set/13	12.626	-	-	-	12.626	-
ILP2007 (PN)	m ar/08	34,74	22,58	mar/11	m ar/14	120.586	-	-	-	120.586	-
ILP2007 (PA)	m ar/08	43,38	20,62	m ar/11	m ar/14	5.227	-	-	-	5.227	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	22,58	set/14	-	7.197	-	-	-	7.197	-
ILP2008 (R2)	m ar/08	25,68	18,07	m ar/10	-	285.089	-	-	-	285.089	-
ILP2008 (R3)	m ar/08	25,68	18,07	m ar/11	-	190.936	-	-	-	190.936	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	22,58	m ar/12	m ar/15	62.416	-	-	-	62.416	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	22,58	m ar/13	m ar/16	62.416	-	-	-	62.416	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	22,58	m ar/12	m ar/15	13.879	-	-	-	13.879	-
ILP2008 (PN)	m ar/09	15,11	22,58	m ar/12	m ar/15	218.248	-	-	-	218.248	-
ILP2009 (D)	m ar/09	15,11	22,58	m ar/12	m ar/15	100.591	-	-	-	100.591	-
ILP2009 (M)	set/09	15,92	22,58	mar/12	m ar/15	174.597	-	-	-	174.597	-
TOTAL						1.289.657				1.289.657	-

Suzano Holding Dez/2010

								Quantidade			
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão	Total em vigor em 30/09/2010	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2007 (PN)	m ar/08	34,74	20,07	mar/11	m ar/14	8.561	-	-	-	8.561	-
ILP2007 (PA)	m ar/08	43,38	18,57	mar/11	m ar/14	10.810	-	-	-	10.810	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	20,07	mar/12	m ar/15	31.899	-	-	(1.484)	30.415	16,00
ILP2008 (N)	m ar/09	15,11	20,07	mar/12	m ar/15	10.600	-	-	-	10.600	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	20,07	m ar/13	m ar/16	31.899	-	-	(1.484)	30.415	16,00
ILP2009 (D)	m ar/09	12,09	16,06	mar/12	m ar/15	49.443	-	-	(3.668)	45.775	16,00
ILP2009 (N)	m ar/09	15,11	20,07	mar/12	m ar/15	4.436	-	-	-	4.436	-
ILP 2009	m ar/10	23,86	20,07	mar/13	m ar/16	121.385	-	-	(2.462)	118.923	16,00
TOTAL			-	•	-	269.033	-	-	(9.098)	259.935	16,00

Dez/2009

								Quantidade			
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão	Total em vigor em 31/12/2009	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2007 (PN)	m ar/08	34,74	22,58	mar/11	m ar/14	6.849	-	-	-	6.849	-
ILP2007 (PA)	m ar/08	43,38	20,62	m ar/11	m ar/14	8.648	-	-	-	8.648	- 1
ILP2008	jul/08	34,74	22,58	mar/12	m ar/15	14.724	-	-	-	14.724	-
ILP2008 (N)	m ar/09	12,09	18,07	mar/12	m ar/15	8.480	-	-	-	8.480	
ILP2009	jul/08	34,74	22,58	mar/13	m ar/16	14.724	-	-	-	14.724	-
ILP2009 (D)	m ar/09	12,09	18,07	mar/12	m ar/15	39.555	-	-	-	39.555	-
ILP2009 (N)	m ar/09	15,11	22,58	mar/12	m ar/15	3.549	-	-	-	3.549	
TOTAL						96.529	-	-	-	96.529	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Incentivo de Longo Prazo – Opções de compra de ações preferenciais Classe "A"

Controlada Suzano Papel e Celulose

	Dez/2010										
					Pre	ço		Qua	antidade de aç	ões	
Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Na data de outorga	Fim do período	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 31/12/2010
	Série I	10/08/2009	01/06/2010	31/12/2012	11,36	-	62.500	62.500			
Programa 1	Série II	10/08/2009	01/06/2011	31/12/2012	11,36	8,03	62.500		-		62.500
	Série III	10/08/2009	01/06/2012	31/12/2012	11,36	8,03	375.000				375.000
	Série I	11/08/2010	01/08/2013	31/12/2015	5,97	5,29	120.000		-		120.000
Programa 2	Série II	11/08/2010	01/08/2014	31/12/2015	5,97	5,29	120.000				120.000
	Série III	11/08/2010	01/08/2015	31/12/2015	5,97	5,29	360.000				360.000
TOTAL	-				-		1.100.000	62.500	-		1.037.500

Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações fantasma e das opções de compra de ações preferenciais classe "A" com ou sem alternativa de liquidação em moeda corrente, a Companhia utilizou a ação Suzb5 de cada exercício com base no modelo de cálculo do programa multiplicado pelo percentual de performance de 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas ações fantasma e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe "A" no fim do período, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Indicadores					
Descrição das premissas	Acão o "fonto omo"	Opções				
	R\$ 15,61 / ação R\$ 17,56 / ação 25,77% a.a. 43,26% a.a.	Programa II				
Preço do ativo base (1)	R\$ 15,61 / ação	R\$ 17,56 / ação	R\$ 16,05 / ação			
Expectativa de volatilidade (2)	25,77% a.a.	43,26% a.a.	42,27% a.a.			
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	3,21 anos	2,29 anos	4,91 anos			
Expectativa de dividendos (4)		2,93% a.a.				
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 12,12%					

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações contábeis estão demonstrados abaixo:

	Consolidado							
	Passivo	e Patrimô	nio líquido	Resultado				
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009			
Passivo não circulante		<u>.</u>						
Provisão com plano de ações fantasma	17.782	12.945	3.726	(4.837)	(8.296)			
Provisão com plano de opções de compra de ações	2.143	550		(1.594)	(549)			
Total do plano de remuneração baseado em ações	19.925	13.495	3.726					
Patrimônio líquido								
Reserva de opção de compra de ações	350	-		(350)	-			
				(6.781)	(8.845)			
			Controladora					
	Passivo	e Patrimô	nio líquido	Resul	tado			
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009			
Passivo não circulante		<u>.</u>						
Provisão com plano de ações fantasma	2.179	644	144	(1.535)	(500)			
Total do plano de remuneração baseado em ações	2.179	644	144	(1.535)	(500)			

23. Dívida com compra de terras e reflorestamento

Em 13 de julho de 2009, foi ratificada a parceria da controlada Suzano Papel e Celulose com a Vale no desenvolvimento de base florestal que assegura parte dos projetos no novo ciclo de crescimento da Suzano Papel e Celulose. Naquela data, foram firmados entre as companhias contratos no valor total de R\$ 233.367, constituídos da seguinte forma: i) aquisição de 8,2 milhões m³ de florestas de eucalipto já plantadas no valor total de R\$ 144.640, a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii) aquisição de 84,7 mil hectares de terras no valor total de R\$ 88.727, sendo: ii.a) 12,9 mil hectares de terras, no montante de R\$ 13.727, adquiridos diretamente pela Suzano Papel e Celulose e a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii.b) 71,8 mil hectares, no valor de R\$ 75.000, adquiridos pela controlada Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman"), a serem pagos em 168 parcelas mensais, sendo que o fluxo de recebíveis decorrente desta operação foi, no mesmo

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ato e com a anuência da compradora, cedido pela Vale à Brazilian Securities, companhia securitizadora que por sua vez o utilizou como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (C.R.I.'s).

A emissão de C.R.I.'s ocorreu em 27 de outubro de 2009 e foi estruturada nos termos da Instrução CVM nº. 476/2009, com prazo de pagamento idêntico ao do fluxo de recebíveis que lhe serviu de lastro, sendo as 168 parcelas mensais no valor de R\$ 877, com reajuste pelo índice de correção básica dos depósitos de poupança (TR) e datas de vencimento inicial e final em 27/11/2009 e 27/10/2023, respectivamente. A operação foi formalizada mediante a assinatura, por todas as partes envolvidas, de "Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças", o qual foi utilizado como lastro pela Brazilian Securities para a referida emissão, que teve ainda como agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Em garantia ao cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Suzano Papel e Celulose no "Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças", foi constituída a alienação fiduciária das quotas da Ondurman e prestada a fiança da Suzano Papel e Celulose, ambas em favor da Brazilian Securities.

Caso ocorra a impossibilidade de alienação de qualquer dos imóveis adquiridos na operação, em decorrência de eventos que impossibilitem a transferência definitiva dos ativos durante a vigência do contrato, fica facultada à Suzano Papel e Celulose a opção de, caso for do seu interesse, indenizar a companhia securitizadora em nome da Vale, encerrando a cessão apenas do imóvel em questão, devendo a Suzano Papel e Celulose neste caso ser posteriormente ressarcida pela vendedora dos montantes indenizados, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2010, a Suzano Papel e Celulose possuía dívida com a aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento no montante total de R\$ 176.800 no seu consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante. (R\$ 225.827 no seu consolidado de 31 de dezembro de 2009).

24. Compromissos

Vale Florestar

Em 2009 a Suzano Papel e Celulose firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m3 de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Suzano Papel e Celulose durante o período de 2014 a 2028. As condições de preços

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

desses volumes serão determinadas quando das épocas de colheita dos volumes a serem entregues à Suzano Papel e Celulose.

Transporte Ferroviário

Para atender parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Suzano Papel e Celulose firmou contrato com a Ferrovia Norte Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subseqüente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

25. Instrumentos financeiros – Consolidado

a. Visão geral

A Administração da Companhia e de suas controladas estão voltadas para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia e de suas controladas. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia e de suas controladas no longo prazo, a Administração dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia e de suas controladas contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia e de suas controladas estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia ou por suas controladas têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas seqüenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de risco e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia e de suas controladas aos riscos de mercado; (ii) medição e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados,

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros mais líquidos e (i) não contratam operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b. Avaliação

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e Anbima para operações de taxas de juros em reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *Libor*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da controlada Suzano Papel e Celulose é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela Anbima nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreçamento de opções, como *Black & Scholes* e *Garman-Kolhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de petróleo é obtido com base nas cotações da *New York Mercantile Exchange* (NYMEX).

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	2010		20	09	01/01/2009	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Suzano Holding						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	49.711	49.711	67.609	67.609	77.013	77.013
Títulos e valores mobiliários	22.694	22.694	22.271	22.271	4.262	4.262
Ganhos em operações com derivativos (circulante)	400	400	247	247	55	55
Passivo						
Perdas em operações com derivativos (circulante)	442	442	107	107	32	32
Controlada Suzano Papel e Celulose						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	3.735.438	3.735.438	2.533.285	2.533.285	2.176.312	2.176.312
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não circulante)	27.272	27.272	28.049	28.049	31.388	31.388
Contas a receber de clientes	792.057	792.057	766.174	766.174	934.171	934.171
Passivo						
Contas a pagar a fornecedores	277.107	277.107	268.050	268.050	277.318	277.318
Financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante)	6.531.559	6.611.822	5.844.308	5.684.636	6.942.254	6.794.325
Debentures (circulante e não circulante)	624.836	701.789	799.710	838.888	836.919	815.454
Perdas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	67.281	67.281	77.381	77.381	205.420	205.420

c. Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, visam a minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

Risco de taxa de câmbio e de juros

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da controlada Suzano Papel e Celulose são norteadas pelo fato de que cerca de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a controlada Suzano Papel e Celulose contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Como proteção adicional são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares era de US\$ 107,4 milhões, sendo US\$ 82,4 milhões através de Non Deliverable Forwards ("NDF's") simples e US\$ 25 milhões através de zero cost collar. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro de 2011 e maio de 2011, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Além das operações de hedge cambial, são celebrados contratos para o swap de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2010 a controlada Suzano Papel e Celulose tinha em aberto (i) US\$ 808,7 milhões em swaps para fixação da Libor em contratos de financiamento, (ii) US\$ 270 milhões em swaps do cupom cambial para taxa Libor de 3 meses fixada, (iii) US\$ 507 milhões em swaps de Pré para % do DI.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da Companhia e suas controladas. A Nota 28 demonstra os ganhos e perdas com derivativos que impactaram os resultados dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d. Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto da controlada Suzano Papel e Celulose em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

		Valor de referência (nocional) em		Valor justo em			Saldos patrimoniais em						
Descrição	Vencimentos	31.12.2010 31.12.2009		01 01 2000	04 40 0040	21 12 2000	01 01 2000	31.12.2010		31.12.2009		01.02.2009	
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	A pagar	A receber	Apagar	Areceber	Apagar	Areceber
Swaps em Moeda Estrangeira Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i> Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	04/01/2011 até 04/11/2019	1.347.399 1.347.399	1.706.764 1.706.764	1.409.211 1.409.211	1.349.535 1.410.196	1.607.365 1.660.993	1.415.639 1.483.711	-	-	-	-		-
SubTotal					-60.661	-53.628	-68.072	62.862	2.201	62.927	9.299	69.291	1.219
Valor em Risco (VaR) (1)					2.658	3.736	6.707	-	-	-	-	-	-
Swaps de Taxas e Índices Posição Ativa - R\$ Taxa Pré Posição Ativa - TR + Cupom Posição Ativa - Cupom US\$ Posição Passiva - % DI	15/03/2011 até 15/03/2013	506.984 - - 506.984	10.000 27.500 - 37.500	10.000 67.500 70.120 147.620	524.929 - 525.198 525.198	11.894 33.447 43.770 43.770	10.530 76.241 70.945 157.616		- - -				
SubTotal					-269	1.571	100	782	514	-	1.571	1.675	1.775
Valor em Risco (VaR) (1)					571	8	2.617	-	-	-	-	-	-
Swaps de Moedas - NDF Posição Comprada em R\$ x US\$ Posição Vendida em R\$ x US\$	03/01/2011 até 08/03/2011	137.262	- 420.695	- 701.100	- 8.490	- 5.732	- -134.454	-	-	-	-		-
SubTotal					8.490	5.732	-134.454	-	8.490	-	5.732	134.454	-
Valor em Risco (VaR) (1)					1.305	5.573	25.687	-	-	-	-	-	
Opções de Moedas - Zero Cost Collar Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra Posição titular em R\$ x US\$ - Venda	02/05/2011	41.656 41.656	130.590 130.590	-	-38 3.768	-565 4.353	- -	-	-	-			-
SubTotal					3.730	3.788	-	39	3.767	565	4.353	-	-
Valor em Risco (VaR) (1)					320	987	-	-	-	-	-	-	-
Swaps de Commodities Posição Vendida em Celulose BHKP	31/12/2010 até 31/03/2011 ⁽²⁾	168.953	226.913	90.021	-3.373	-13.889	18.449	-	-	-	-	,	
SubTotal					-3.373	-13.889	18.449	3.598	225	13.889	-	-	18.449
Valor em Risco (VaR) (1)					25	3.687	774	-	-	-	-	-	-
Swaps de Commodities Posição Comprada em Petróleo	31/12/2010 ⁽²⁾	16.520	-	-	452	-	-	-	_	-	-	-	
SubTotal					452	-		-	452	-	-	-	-
Valor em Risco (VaR) (1)					5	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Posição Ativa - Cupom Cambial Posição Ativa - Libor + spread Posição Passiva - US\$ <i>Libor</i> Fixada Posição Passiva - R\$ x US\$	04/01/2011 até 01/04/2015	333.240 116.634 333.240 116.634	261.180 - 261.180 -	397.290 - 397.290 -	55.819 1.671 45.402 466	44.700 - 37.606	63.978 - 54.033	-	-	-	-		-
SubTotal					11.622	7.094	9.945	-	11.623	-	7.094	-	9.945
Valor em Risco (VaR) (1)					108	79	326	-	-	-	-		-
Resultado Total em Swaps					-40.009	-49.332	-174.032	67.281	27.272	77.381	28.049	205.420	31.388
nesultate Islai elli swaps	l				70.003	₹0.002	174.032	37.201	21.212	, ,	20.043	200.720	31.000

 $^{^{(1)}\,\}mathrm{VaR}$ com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

⁽²⁾ Data de liquidação diferente da data de vencimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto da controlada Suzano Papel e Celulose em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, agrupadas

por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

por contraparte, sao demoi		lor de referên			/alor justo er	m	Saldos patrimoniais	
Descrição		(nocional) em		•	aioi justo ei	!!	em	
Descrição	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12 A pagar	.2010 A receber
Swaps em Moeda Estrangeira								
Contrapartes								
BTG Pactual	245.099	294.139	_	-12.374	-6.573	_	_	_
Itaú BBA	486.031	522.359	701.100	-26.506	-28.587	-43.551	_	_
JP Morgan	170.786	322.122	432.345	-6.545	-8.254	-11.904	_	_
Banco Santander	170.700	31.342	42.066	-	-95	203	_	_
Merrill Lynch	83.310	01.042	42.000	-1.141	-	-	_	
Standard Bank	124.965	130.590	233.700	-7.254	-1.809	-12.820	_	_
Standard Chartered	237.209	406.212	-	-6.841	-8.310	-12.020		
SubTotal		100.212		-60.661	-53.628	-68.072	62.862	2.201
,				00.001	00.020	00.072	02.002	
Swaps de Taxas e Índices								
Contrapartes		10.000	75 500		004	4 000		
Itaú BBA	-	10.000	75.520	-	384	1.033	-	-
Banco Santander		27.500	52.100		1.187	-670	-	-
Banco do Brasil	317.000	-	-	381	-	-	-	-
Barclays	10.000	-	-	8	-	-	-	-
Unibanco	-	-	20.000		-	-263	-	-
HSBC	179.984	-	-	-658			-	-
SubTotal				-269	1.571	100	782	514
Swaps de Moedas - NDF Contrapartes								
Posição Vendida em R\$ x US\$								
BTG Pactual	-	60.942	-	-	431	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	207.781	315.495	-	3.038	-68.912	-	-
Itaú BBA	3.999	-	46.740	576	-	-12.228	-	-
Merrill Lynch	89.208	87.060	-	5.270	1.564	-	-	-
Banco Santander	-	-	58.425	-	-	-1.059	-	-
Standard Bank	2.399	47.500	-	346	386	-	-	-
HSBC	-	-	210.330	-	-	-36.167	-	-
Rabobank Brasil	41.655	17.412	70.110	2.298	313	-16.088	_	-
SubTotal				8.490	5.732	-134.454	-	8.490
Oneãos de Mandas, Zara Cost Caller								
Opções de Moedas - Zero Cost Collar Contraparte								
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra								
Merrill Lynch	_	43.530	_	_	-380	_	_	_
Standard Bank	41.655	43.530		-38	-500	_	_	_
Votorantim	41.055	43.530	_	-30	-185	_	_	_
Posição titular em R\$ x US\$ - Venda	_	43.330	_	_	-165	_	_	_
Merrill Lynch	_	43.530		_	970	_	_	_
Standard Bank	41.655	43.530	_	3.768	2.413	_	_	_
Votorantim		43.530	_	3.700	970	_		_
SubTotal	_	40.000	_	3.730	3.788	-	39	3.767
				500	500			5.7 67
Swaps de Commodities - Celulose								
Contraparte	450.000	000 :00	00.001	0.555	44 = 22	40		
Nordea Bank Finland P/C	150.958	208.108	90.021	-2.950	-11.738	18.449	-	-
Standard Chartered	17.995	18.805	-	-423	-2.151	- 10.440	- 0.500	-
SubTotal				-3.373	-13.889	18.449	3.598	225
Swaps de Commodities - Petróleo								
Contraparte								
Standard Chartered	16.520			452				
				452	-	-	-	452
Outros								
Contraparte							1	1
JP Morgan	449.874	261.180	397.290	11.622	7.094	9.945	-	_
SubTotal				11.622	7.094	9.945	-	11.623
(ļ		ļ			2.3.0	.	

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

e. Derivativos liquidados

As posições consolidadas de derivativos liquidadas acumuladas da controlada Suzano Papel e Celulose nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos		or de referê ulado (nocior		Valor justo (de liquidação) acumulado em		
Descrição	vencimentos	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Swaps em Moeda Estrangeira Posição Ativa - US\$ Libor Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2009: 05/01 até 21/12 2010: 04/01 até 30/12	3.265.061 3.265.061	1.646.954 1.646.954	- 607.620			-
SubTotal					-43.791	-14.595	-2.845
Swaps de Taxas e Índices Posição Ativa - TR + Cupom Posição Ativa - R\$ Taxa Pré Posição Ativa - Cupom US\$ Posição Passiva - % DI	2009: 28/04 até 03/12 2010: 14/04 até 15/12	27.500 160.000 - 187.500	40.000 - 70.120 110.120	54.500 - - 54.500	- - -	- - -	- - -
SubTotal					1.796	-22.185	-238
Swaps de Moedas Posição Comprada em R\$ x US\$ Posição Vendida em R\$ x US\$	2009: 02/01 até 01/12 2010: 08/02 até 08/12	390.388 2.502.232	60.942 824.831	6.555.285 7.677.045	-	-	
SubTotal					26.855	-71.478	-27.567
Opções de Moedas Posição lançadora em R\$ x US\$ - Venda Posição titular em R\$ x US\$ - Compra Posição vendida em put (R\$/US\$)	2010: 01/02 a 01/11	127.835 127.835 -	- - -	- - 350.550	- - -	- - -	- - -
SubTotal					2.430	-	255
Swaps de Commodities Posição Vendida em Celulose BHKP	2009: 08/01 até 07/12 2010: 08/01 até 07/12	136.074	73.838	95.639	-	-	-
SubTotal					-37.991	10.485	-9.489
Swaps de <i>Commodities</i> Posição Comprada em Petróleo Posição Vendida em Petróleo	2010: 07/04 até 07/12	162.443 27.026	- -	- -	- -	- -	- -
SubTotal					2.265	-	-
Outros Posição Ativa - Cupom Cambial Posição Ativa - Libor + spread Posição Passiva - US\$ <i>Libor</i> Fixada Posição Passiva - R\$ x US\$	2009:11/09 2010:11/03 até 13/12	69.429 - 69.429 -	35.193 - 35.193 -	- - -	-	-	-
SubTotal					1.267	499	499
Resultado Total em <i>Swaps</i>		-	-	-	-47.169	-97.274	-39.884

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

f. Demonstrativo de análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade das posições consolidadas de derivativos em aberto da controlada Suzano Papel e Celulose em 31 de dezembro de 2010, que representa nossa principal exposição no curto prazo, conforme demonstradas no item (d), a variações de preços e taxas nos ativos subjacentes:

B	V. I I	Cenários em 31/12/2011						
Descrição	Valor Justo	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%			
Swaps em Moeda Estrangeira Ativo US\$ <i>Libor</i> x Passivo US\$ Pré ⁽¹⁾	-60.661	Queda da Libor	-61.100	-71.345	-82.104			
Swaps de Taxas e Índices Ativo Pré ⁽²⁾ em R\$ x Passivo % DI	-269	Alta da Curva Pré	-1.837	-24.110	-44.612			
Swaps de Moedas (NDF) Posição Vendida em R\$ x US\$ (3)	8.490	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	4.372	-30.839	-66.051			
Posição lançadora - Compra Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ (4)	-38	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	-68	-2.368	-10.323			
Posição titular - Venda Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ (5)	3.768	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	2.973	65	-			
Swaps de Commodities Cenário Celulose ⁽⁶⁾	-3.373	Alta da Celulose	-3.623	-4.628	-5.634			
Swaps de Commodities Cenário Petróleo ⁽⁷⁾	452	Queda do Petróleo	1.728	-2.833	-7.395			

⁽¹⁾ Fonte para o cenário provável: Bloomberg - Curva de mercado de 13/01/2011. Taxa Libor de 6 meses provável em 31/12/2011: 0,45656% a.a.

 $Deterioração \ de \ 25\%: \ Preço \ em \ dez/2010 \ de \ US\$ \ 72,05. \ Deterioração \ de \ 50\%: \ Preço \ em \ dez/2010 \ de \ US\$ \ 43,03$

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de stop loss) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de *stop loss*.

Deterioração de 25%: Libor de 6 meses em 31/12/2011 de 0,34242% a.a. Deterioração de 50%: Libor de 6 meses em 31/12/2011 de 0,22828% a.a. ² Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 14/01/2011. Taxa Selic provável em 31/12/2011: 12,46% a.a.

Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2011 de 15,58% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2011 de 18,69% a.a.

⁽³⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 14/01/2011. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2011: R\$ 1,7100 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,1375 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,5650 / US\$.

⁽⁴⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 14/01/2011. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2011: R\$ 1,7100 / U\$\$. Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,5650 / U\$\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,5650 / U\$\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de H\$ 2,1375 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de H\$ 2,5650 / US\$. Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 14/01/2011. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2011: R\$ 1,7100 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,1375 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2011 de R\$ 2,5650 / US\$.

⁽⁶⁾ Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 31/12/2010. Preço provável da celulose BHKP em 31/12/2011: US\$ 805 / ton. Deterioração de 25%: Preço em 31/12/2011 de US\$ 1.006,25 / ton. Deterioração de 50%: Preço em 31/12/2011 de US\$ 1.208 / ton.

⁷⁾ Fonte para o cenário provável: Bloomberg - Cotação do contrato CLZ1 para 13/01/2011. Preço provável do petróleo em dez/2011: US\$ 96,07

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2010 ou a análise de sensibilidade para os swaps listados na categoria "Outros" na tabela do item (e), uma vez que estes swaps se referem a operações de arbitragem entre a taxa Libor e o cupom cambial, com ambas as taxas pré-fixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

g. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da controlada Suzano Papel e Celulose é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A controlada Suzano Papel e Celulose administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Consolidado					
	2010	2009	01/01/2009			
Empréstimos e financiamentos Debentures	6.603.807 624.731	5.844.308 799.560	6.942.254 836.769			
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.794.756)	(2.613.419)	(2.261.290)			
Dívida líquida	3.433.782	4.030.449	5.517.733			
Acionistas não controladores	5.950.585	5.429.186	4.954.159			
Patrimônio líquido	2.811.500	2.423.547	2.237.148			
Patrimônio líquido, Acionistas não controladores						
e dívida líquida	12.195.867	11.883.182	12.709.040			

26. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social era composto de 53.200.000 ações ordinárias com direito a voto, 51.522.546 ações preferenciais de classe A e 22.029.999 ações preferências de classe B sem direito a voto (59.632.107 ações ordinárias e 50.687.291 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2009).

A Assembléia Geral Extraordinária de 08 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital de R\$ 206.894, mediante a subscrição particular de 15.597.892 ações

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ordinárias e 835.255 ações preferenciais, com créditos decorrentes de Adiantamentos efetuados para Futuro Aumento de Capital.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2010 aprovou o requerimento de acionistas para a conversão de parte de suas ações ordinárias, gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, em ações preferenciais de classe B, sem direito a voto, com a extinção da cláusula de inalienabilidade e sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade, o montante convertido de ações ordinárias para preferenciais classe B foi de 22.029.999 ações.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

c) Reserva de lucros

O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

d) Pagamento de juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e na forma prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$ 14.752, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 2.213, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 12.539, creditados e pagos em 10 de setembro de 2010; ii) R\$ 45.597, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 6.840, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 38.757, creditados em 30 de dezembro de 2010, com pagamento a ser determinado na Assembléia Geral Ordinária da Companhia em 2011.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	2010	2009
Lucro líquido do exercício da controladora Reserva legal Lucro líquido ajustado	233.708 (11.685) 222.023	239.423 (*) (11.971) 227.452
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	55.506	56.863
Juros sobre o capital próprio creditados (líquidos do IRRF)	51.296	56.886
Complemento dividendo mínimo Dividendos propostos	4.210 4.291	

(*) Resultado auferido antes da adoção do IFRS.

e) Lucro por ação

e.1) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

P				2010
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período Lucro básico por ação	94.541 54.808 1,72495	97.366 51.314 1,89745	41.801 22.030 1,89745	233.708
Euclo basico poi agao	1,72495	1,03743	1,03743	
			2009	
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Total	
Lucro atribuível aos acionistas	134.712	125.956	260.668	
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período	59.632	50.687	110.319	
Lucro básico por ação	2,25906	2,48498		

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

e.2) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

27. Outras receitas operacionais, líquidas

	Consol	idado	Control	adora
	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) na venda de outros produtos	15.559	7.526	-	-
Lucro (prejuízo) na venda de energia elétrica	2.587	(704)	-	-
Complemento de provisão para perdas nos estoques	-	(8.921)	-	-
Recuperação de tributos	-	15191	-	-
Provisão para contingências (a)	(9.678)	(2.398)	-	-
Provisão para perdas de outros créditos	-	(15.000)	-	-
Outras (despesas) receitas	4.511	5.612	10.285	7.639
Complemento de passivo atuarial	(21.289)	(15.764)	-	-
Lucro na venda de ativo imobilizado (b)	284.641	39.632	50	6
Lucro na venda de investimentos	42	1.803	-	-
Ganho na atualização do valor justo dos ativos biológicos	28.131	102.554	-	-
(Perda) ganho com precatório indenizatório	(986)	10.956	-	-
(Perda) ganho na variação de participação em controlada	(3.724)	654	(3.724)	654
Total de outras despesas operacionais	(35.677)	(42.787)	(3.724)	
Total de outras receitas operacionais	335.471	183.928	10.335	8.299
Outras receitas operacionais, líquidas	299.794	141.141	6.611	8.299

⁽a) - Vide Nota 2 item "g".

⁽b)-Substancialmente composta pelo resultado auferido na transação mencionada na Nota 2 item "g".

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro líquido - Consolidado

	2010	2009
Despesas juros Variações monetárias e cambiais passivas Perdas em operações com derivativos - Taxa de juros Perdas em operações com derivativos - Taxa de câmbio Perdas em operações com derivativos - Commodities Outras despesas financeiras	(403.735) 105.164 6.258 (23.113) (44.025) (100.533)	(432.722) 1.090.095 (20.008) (18.098) (942) (62.788)
Total das despesas financeiras	(459.984)	555.537
Receita de juros Juros ativos sobre precatório indenizatório Ganhos em operações com derivativos - Taxa de juros Ganhos em operações com derivativos - Taxa de câmbio Ganhos em operações com derivativos - Commodities Variações monetárias e cambiais ativas Total das receitas financeiras	266.405 - (6.441) 55.099 (27.423) (56.781) 230.859	247.981 44.998 (1.439) 90.847 (16.312) (195.944) 170.131
Resultado financeiro líquido	(229.125)	725.668

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

29 Demonstração do Lajida Ajustado – Ebitda Ajustado – Consolidado (Não auditado)

	2010	2009
Receita líquida	4.519.675	3.972.976
Resultado bruto Despesas operacionais:	1.370.720	890.680
Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(227.993) (318.652) 299.794	(158.489) (255.013) 141.141
EBIT ajustado Depreciação, exaustão e amortização	1.123.869 526.202	618.319 521.549
EBITDA Ajustado Margem (EBITDA ajustado/receita líquida)	1.650.071 36,51%	1.139.868 28,69%

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. Informação por segmento - Consolidado

A administração definiu como segmentos operacionais celulose, papel e imobiliário. As principais informações, por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são as seguintes:

			2010		
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	2.018.293	2.495.590	5.792	-	4.519.675
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(229.125)	(229.125)
Outras receitas operacionais líquidas				299.794	299.794
Resultado operacional	2.018.293	2.495.590	5.792	70.669	4.590.344
Total dos ativos	6.921.634	2.326.115	27.651	9.962.778	19.238.178
			2009		
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	1.608.874	2.343.872	20.230	-	3.972.976
Resultado financeiro líquido	-	-	-	725.668	725.668
Outras receitas operacionais líquidas				141.141	141.141
Resultado operacional	1.608.874	2.343.872	20.230	866.809	4.839.785
Total dos ativos	6.434.761	2.695.623	24.017	8.783.326	17.937.727

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As áreas geográficas são determinadas baseadas na localização do mercado consumidor. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por área geográfica podem ser assim representadas:

		20	10				2009	
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida	2.018.293	2.495.590	5.792	4.519.675	1.608.874	2.343.872	20.230	3.972.976
Mercado Interno	354.836	1.559.970	5.792	1.920.598	231.758	1.425.675	20.230	1.677.663
Mercado Externo	1.663.457	935.620		2.599.077	1.377.116	918.197		2.295.313
Ásia	693.258	70.585	-	763.843	708.334	152.691		861.025
Europa	764.477	208.731	-	973.208	534.529	245.161		779.690
Améria do Norte	195.915	264.570	-	460.485	120.244	253.305		373.549
América do Sul e Central	9.807	387.657	-	397.464	14.009	262.738		276.747
África	-	4.077	-	4.077	-	4.302		4.302

31. Despesas por natureza

	2010	2009
Custos variáveis, fixos demais despesas comerciais		
e administrativos	2.632.963	2.495.761
Gastos com pessoal	536.435	478.488
Depreciação, exaustão e amortização	526.202	521.549

32. Cobertura de Seguros

Os valores dos seguros contratados pela Companhia e suas controladas são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

33. Avais e Fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto à partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, eram as seguintes:

	2010	2009
Suzano Papel e Celulose S.A.(1) BNDES FNE - BNB	1.506.469 129.906	1.704.741 178.264
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.(2) BNDES	53.705	64.784
	1.690.080	1.947.789

- Prestados como garantia de empréstimos junto ao BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 29 de dezembro de 2017;
- 2) Prestados como garantia de empréstimos junto ao BNDES, para construção da Usina Hidrelétrica Amador Aguiar, com vencimentos até 15 de outubro de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia recebeu de suas partes relacionadas o montante de R\$ 9.210 (R\$ 10.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009) referente ao consentimento das referidas garantias.

34. Eventos subsequêntes

Na controlada Suzano Papel e Celulose:

 a) Aquisição de 50% dos ativos do Conpacel e aquisição das operações da KSR

Em 31 de janeiro de 2011, a controlada Suzano Papel e Celulose comunicou a celebração de contrato para a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos líquidos do Conpacel, que compreende 50% da fábrica de papel e celulose, terras próprias e plantio próprio e arrendado, mediante o pagamento nesta mesma data do preço total de R\$ 1.450 milhões. A partir desta data a unidade passará a ser operada exclusivamente pela Suzano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ativos compreendem 50% de: i) fábrica de papel e celulose com capacidade produtiva da ordem de 390 mil toneladas anuais de papel, e aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose; e ii) terras próprias com área total aproximada de 76 mil hectares, e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas.

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada Suzano Papel e Celulose concluiu a celebração do contrato para aquisição das operações de distribuição de papel da KSR, mediante o pagamento no montante de R\$ 50 milhões em 01 de março de 2011, valor a ser ajustado após apuração final do capital de giro até 15 de abril de 2011.

Essas transações serão objeto de avaliação para fins de alocação do valor justo aos ativos líquidos adquiridos, conforme previsto pelo CPC 15 — Combinação de negócios. Essa alocação do ágio em função do valor justo dos ativos líquidos adquiridos do Conpacel e KSR será efetuada ao longo de 2011, conforme o prazo de 12 meses permitido pelo CPC15 parágrafo 45.

b) Anúncio de operação de financiamento junto ao BNDES com emissão privada de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações

Em 17 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da controlada Suzano Papel e Celulose autorizou a contratação de uma operação de financiamento junto ao BNDES, destinada à construção e implantação da infraestrutura de apoio necessária à operação da nova unidade industrial localizada no Estado do Maranhão e, dentre outros, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais dentro do Programa de Sustentação de investimento (PSI).

O valor total do financiamento é de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, dividido em subcréditos com prazos totais de até 138 meses, períodos de carência de até 42 meses para pagamento do principal e juros correspondentes a, conforme subcrédito, TJLP mais 1,81% a.a., variação cambial mais 6% e para o subcrédito do PSI, taxa de 5,5% a.a.. A liberação dos recursos ocorrerá de acordo com a implementação das etapas do projeto.

Como parte das condições do apoio do BNDES e com o objetivo de adequar a estrutura de capital da controlada Suzano Papel e Celulose, está prevista a emissão privada, pela controlada Suzano Papel e Celulose, de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações de sua emissão, a ser submetida à aprovação em assembleia geral de acionistas. O valor da emissão será de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, sendo a 1º série, no montante de R\$ 402 milhões, conversíveis em ações ordinárias e a 2º série, no montante de R\$ 798 milhões, conversíveis em ações preferenciais classe "A". As debentures terão vencimento em 60 anos e remuneração pelo IPCA mais 4,5% a.a.. A operação terá garantia firme de subscrição da BNDESPAR no montante de até R\$ 564 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A conversibilidade das debentures será a critério do debenturista após dois anos da data da emissão ou a critério da controlada Suzano Papel e Celulose após três anos. O preço de conversão será de R\$ 17,39 equivalente ao preço médio, ponderado pela quantidade, das ações preferenciais classe "A" de emissão da controlada Suzano Papel e Celulose negociadas nos últimos 20 pregões anteriores ao dia 15 de dezembro de 2010 (exclusive), acrescido do prêmio de 12,5%.

A assembleia geral para aprovação da emissão das debentures está prevista para o primeiro trimestre de 2011, com direito de preferência para subscrição aos acionistas que compuserem a base acionária na ocasião.

c) Contratos para aquisição de equipamentos com a Metso e Siemens

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada Suzano Papel e Celulose dando continuidade ao divulgado em Fato Relevante de 03 de setembro de 2010, anuncia que o Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, autorizou a Diretoria a finalizar negociações e a celebrar com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade industrial do Maranhão, com bases nas metas estabelecidas.

A contratação dos principais equipamentos com a Metso abrangerá basicamente as seguintes áreas: (i) Pátio de Madeira; (ii) Cozimento e Lavagem; (iii) Linha de Fibras; (iv) 2 Secadoras, Enfardamento e Expedição; (v) Caldeira de Recuperação e Biomassa; (vi) Caustificação e Forno de Cal; e (vii) Evaporação. O escopo do contrato incluirá o fornecimento de equipamentos e atividades correlatas. O contrato a ser celebrado com a Siemens compreenderá a aquisição de turbo geradores.

Estas aquisições possibilitarão a antecipação de 6 meses no start-up da planta, previsto agora para 30 de abril de 2013. O valor total estimado dos investimentos se mantém em US\$ 2,3 bilhões e inclui os equipamentos acima mencionados e os demais equipamentos e serviços necessários que ainda serão contratados. A unidade do Maranhão terá capacidade total anual de 1,5 milhão de toneladas e geração excedente de energia de 100 MW.